



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

**TAYNÁ VIEIRA DA SILVA**

**MENINAS DO CEARÁ, A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM? COMPREENSÃO DA  
VULNERABILIDADE PARA HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES MENINAS NO  
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA SAÚDE**

**FORTALEZA**

**2025**

TAYNÁ VIEIRA DA SILVA

MENINAS DO CEARÁ, A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM? COMPREENSÃO DA  
VULNERABILIDADE PARA HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES MENINAS NO  
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA SAÚDE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas, Ambientais, Políticas de Saúde e Avaliação em Saúde.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Monteiro Fiuza

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S584m Silva, Tayná Vieira da.

Meninas do Ceará, a que será que se destinam? Compreensão da vulnerabilidade para homicídios de adolescentes meninas no Ceará na perspectiva da saúde / Tayná Vieira da Silva. – 2025.

94 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2025.  
Orientação: Prof. Dr. Tatiana Monteiro Fiuza.

1. Saúde coletiva. 2. Adolescência. 3. Homicídios. I. Título.

CDD 610

---

TAYNÁ VIEIRA DA SILVA

MENINAS DO CEARÁ, A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM? COMPREENSÃO DA  
VULNERABILIDADE PARA HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES MENINAS NO  
CEARÁ NA PERSPECTIVA DA SAÚDE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Monteiro Fiuza

Aprovada em: 28 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Monteiro Fiuza (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. Marco Tulio Aguiar Mourão Ribeiro  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia de Azevedo Dantas  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Kilma Wanderley Lopes Gomes  
Universidade de Fortaleza

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus e Nossa Senhora, que em sua infinita bondade me concederam dom da vida e reafirmam em meu coração o amor que tenho em cuidar do próximo através do ser Enfermeira;

Aos meus pais, Assis e Leone, que com tanta dedicação e esforço me criaram e me conduziram pelos bons caminhos, estando ao meu lado em todos os momentos, rezando por mim e apoiando nas decisões do cotidiano (em especial minha mãe, que sempre que necessário falou 'eu duvido' pelo simples fato de saber que aquilo me daria força pra ir lá e fazer!);

À minha irmã, que foi a primeira pessoa a me ensinar a escrever, sempre incentivou meus sonhos, acredita na profissional que sou e me ajudou a enfrentar mais essa árdua batalha nos estudos que é o mestrado. Vivenciamos essa fase da vida estudantil juntas, nos fortalecemos ainda mais e, juntas, somos mais uma vez o orgulho da Leone e do Assis (saímos sem tomar nenhuma medicação hein rrsrs);

Ao Ariel, que no decorrer do mestrado foi muito mais que um amigo, foi suporte emocional, deu força para continuar, abraçou a causa, se propôs a ir à campo junto, me fortaleceu sempre que necessário e ganhou uma parte de mim nesse mesmo intervalo de tempo. Você é o namorado que por tantas noites pedi à Deus, te amo

À Merinda, minha amiga de trajetória acadêmica e de vida, onde mais de 10 anos de amizade vão se tecendo em meio à tantas memórias juntas, ela que incentivou a tentar o mestrado, me mostrou que era sim possível e que poderíamos vencer mais essa etapa juntas.

À Dianne, a amiga que sempre vibra as conquistas, partilha as angústias, escuta e oferta o ombro amigo.

Aos meus tios, madrinha e primas que sempre se fizeram presentes nesse processo e me estimularam no decorrer da pesquisa.

À minha orientadora, mulher que tanto admiro, Tatiana Fiuza, que me acolheu no meio do processo, fez enxergar um novo caminho a ser percorrido, pegou na minha mão e juntas caminhamos para a realização desse estudo (que envolveu muita emoção, diga-se de passagem).

Aos professores Marco Túlio, Kilma, Verinha que trouxeram importantes considerações neste trabalho, me fazendo amadurecer e ter mais uma visão acerca da temática.

Ao CNPQ pela bolsa que me oportunizou ser estudante/pesquisadora em tempo integral durante os dois anos de mestrado.

A realização desse sonho só foi possível graças a vocês e a outros amigos que também sempre estiveram na torcida.

Existirmos: A que será que se destina?  
Pois quando tu me deste a rosa pequenina  
Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina  
Do menino infeliz não se nos ilumina  
Tampouco turva-se a lágrima nordestina  
Apenas a matéria vida era tão fina  
E éramos olharmo-nos, intacta retina  
A cajuína cristalina em Teresina  
(Cajuína - Caetano Veloso)

## RESUMO

Entre 2000 e 2019, foram registrados 54.458 casos de homicídio no Ceará, dos quais 10.560 (19,39%) as vítimas eram adolescentes de 10 a 19 anos de idade. É válido salientar que a adolescência vai muito além de uma definição de faixa etária, que compreende um desenvolvimento e amadurecimento biopsicossocial, (trans)formação de crenças e valores e que a parcela populacional que compreende tais sujeitos esteja representada nas mais diversas estratégias de saúde, educação, moradia, lazer, cultura, segurança e demais áreas inerentes ao desenvolvimento humano digno. Este estudo se justificou pela necessidade ética, humanitária e acima de tudo da defesa pela vida, da construção de processos intersetoriais para prevenir violência contra adolescentes e jovens mulheres por meio do fortalecimento da rede de atendimento e proteção. Compreender fatores de vulnerabilidade para homicídios em adolescentes meninas no Ceará, na perspectiva do campo da saúde contribuiu para uma compreensão sistêmica desse fenômeno. Este projeto enveredou pela pesquisa qualitativa em saúde coletiva e dialogou com estudos compreensivos. A pesquisa foi realizada nos municípios de Fortaleza e Caucaia - CE. A técnica proposta para coleta de dados consistiu em entrevistas semi estruturadas, com adolescentes do sexo feminino construídas a partir da teoria e síntese de conhecimento resultante da revisão integrativa. A metodologia para a análise do material empírico foi a Análise do Discurso. Foram entrevistadas sete Meninas onde todas já tiveram algum contato com casos de homicídios dentro do território ou em seu ambiente familiar e vivenciam as dificuldades de conviver com as memórias, traumas e inseguranças existentes nas periferias. Concluímos como quão frágil as políticas sociais se apresentam, uma vez que a cada dia mais se visualiza menos a aplicabilidade e acessibilidade de tais políticas sendo visado apenas a sua ideologia. Ademais, percebeu-se como as Meninas que participaram desse estudo não se sentem protegidas pelo Estado, associando a ele uma baixa celeridade nos processos de proteção social e alto descaso quando se trata do domínio de facções criminosas no território, perpetuando assim não apenas uma violência explícita mas também simbólica. Apesar de tais fatos, ainda há sonhos que impulsionam os sentidos de vida e trazem significado a continuar lutando contra o sistema opressor dia após dia.

**Descritores:** Saúde coletiva; Adolescência; Homicídios.

## **ABSTRACT**

Between 2000 and 2019, 54,458 homicide cases were recorded in Ceará, of which 10,560 (19.39%) were adolescents aged 10 to 19. It is important to emphasize that adolescence goes far beyond a defined age group; it encompasses biopsychosocial development and maturation, the transformation of beliefs and values, and that the population comprising these individuals is represented in a wide range of health, education, housing, leisure, culture, safety, and other areas inherent to dignified human development. This study was justified by the ethical, humanitarian, and, above all, the need to defend life, building intersectoral processes to prevent violence against adolescents and young women by strengthening the care and protection network. Understanding vulnerability factors for homicide among adolescent girls in Ceará, from a health perspective, contributed to a systemic understanding of this phenomenon. This project engaged in qualitative research in public health and engaged with comprehensive studies. The research was conducted in the municipalities of Fortaleza and Caucaia, Ceará. The proposed data collection technique consisted of semi-structured interviews with female adolescents, based on the theory and synthesis of knowledge resulting from the integrative review. The methodology for analyzing the empirical material was Discourse Analysis. Seven girls were interviewed, all of whom had had some contact with homicide cases within the region or within their families and experienced the difficulties of living with the memories, traumas, and insecurities that exist in the peripheries. We concluded how fragile social policies are, as their applicability and accessibility are increasingly less visible, with only their ideology being targeted. Furthermore, we noted how the girls who participated in this study do not feel protected by the State, associating it with a slow pace of social protection processes and a high degree of neglect when it comes to the dominance of criminal gangs in the region, thus perpetuating not only explicit but also symbolic violence. Despite these facts, there are still dreams that inspire the sense of life and give meaning to the continued struggle against the oppressive system day after day.

**Keywords:** Public health; Adolescence; Homicides.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                   |                                                                                                                  |           |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Quadro 1 -</b> | <b>Homicídios de meninas entre 10 e 19 anos em números absolutos no Ceará entre 2014 e 2023.....</b>             | <b>12</b> |
| <b>Quadro 2 -</b> | <b>Taxas de homicídios (em 100.000 habitantes) em meninas entre 10 e 19 anos no Ceará entre 2014 e 2021.....</b> | <b>14</b> |
| <b>Figura 1 -</b> | <b>Local do estudo.....</b>                                                                                      | <b>35</b> |
| <b>Figura 2 -</b> | <b>Ciclo de violência na sociedade.....</b>                                                                      | <b>42</b> |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                                                              |           |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                            | <b>13</b> |
| <b>2</b>   | <b>Entre linhas da violência: revisão crítica e temas sensíveis sobre a vulnerabilidade de meninas ao homicídio no Ceará</b> | <b>19</b> |
| <b>2.1</b> | <b>Sociedades e violências</b>                                                                                               | <b>19</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Facções criminosas: um desenho histórico</b>                                                                              | <b>21</b> |
| <b>2.3</b> | <b>A cultura da violência e a violência na cultura</b>                                                                       | <b>30</b> |
| <b>3</b>   | <b>OBJETIVOS</b>                                                                                                             | <b>35</b> |
| <b>3.1</b> | <b>Objetivo geral</b>                                                                                                        | <b>35</b> |
| <b>3.2</b> | <b>Objetivos específicos</b>                                                                                                 | <b>35</b> |
| <b>4</b>   | <b>METODOLOGIA</b>                                                                                                           | <b>36</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Caminhos metodológicos</b>                                                                                                | <b>36</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Revisão interativa</b>                                                                                                    | <b>36</b> |
| <b>4.3</b> | <b>Da natureza qualitativa desta pesquisa</b>                                                                                | <b>37</b> |
| <b>4.4</b> | <b>Local e população do estudo</b>                                                                                           | <b>37</b> |
| <b>4.5</b> | <b>Coleta e análise de dados</b>                                                                                             | <b>38</b> |
| <b>4.6</b> | <b>Critérios de inclusão</b>                                                                                                 | <b>40</b> |
| <b>4.7</b> | <b>Critérios de exclusão</b>                                                                                                 | <b>40</b> |
| <b>4.8</b> | <b>Questões éticas</b>                                                                                                       | <b>40</b> |
| <b>5</b>   | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>                                                                                                | <b>41</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Um desenho histórico escrito por realidades complexas</b>                                                                 | <b>41</b> |
| <b>5.2</b> | <b>Violência explícita <i>versus</i> violência simbólica</b>                                                                 | <b>45</b> |
| <b>5.3</b> | <b>Vulnerabilidades: o medo relacionado à percepção de desproteção</b>                                                       | <b>47</b> |
| <b>5.4</b> | <b>Significado das políticas públicas na realidade das meninas do Ceará</b>                                                  | <b>54</b> |
| <b>5.5</b> | <b>Sentidos e projetos de vida</b>                                                                                           | <b>59</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONCLUSÃO</b>                                                                                                             | <b>63</b> |

|                                                                                                        |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                                                                      | <b>65</b> |
| <b>ANEXO A – HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES E SUAS<br/>NUANCES NO CONTEXTO SOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA</b> | <b>75</b> |
| <b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E<br/>ESCLARECIDO</b>                                     | <b>91</b> |
| <b>APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E<br/>ESCLARECIDO</b>                                      | <b>93</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Políticas e práticas do cuidado como tema e discussão teórica abordada pelos estudos de gênero contemporâneos referem-se à organização social e a relação como o trabalho de cuidado, vinculado à manutenção o da vida familiar, comunitária e/ou social se distribui por gênero (Batthyány, 2015).

Observar as influências que tais políticas e práticas reverberam no cotidiano é de fundamental importância para compreender o ciclo vital, social, pessoal e até mesmo o ciclo de oportunidades no qual o sujeito está disposto e exposto. É fato que tudo ecoa de um modo diferente a depender do indivíduo e de seu contexto de inserção, sendo a fase da adolescência aquela na qual o ser passa por mais uma série de transformações desafiadoras e cheias de porquês.

Diversas são as definições e faixas etárias que buscam delimitar a adolescência. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência é um marco dos 10 aos 19 anos e juventude dos 15 aos 24 anos, faixas etárias essas que o Ministério da Saúde também adota, principalmente para fins de estudos e estatísticos. Já a Lei nº 8.060 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, caracteriza a adolescência o período entre 12 e 18 anos de idade (Brasil, 1990; Brasil, 2007).

A Convenção Internacional sobre o direito das crianças (1989) foi o primeiro instrumento de direitos humanos para crianças e adolescentes, trazendo em seu artigo 6º que “Os Estados Partes devem assegurar ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança”. O ECA traz em seu Art. 15º que “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. Com o passar dos anos a visão de que o adolescente é um adulto em construção, foi sendo remodelada e compreendida, uma vez que passou-se a visualizar a adolescência como um período de mudanças na vida daquele sujeito, não apenas físico, mas mental, social e construtor de ideias, ética, moral e sonhos nos quais almeja alcançar na fase adulta (ECA, 1990).

É válido salientar que a adolescência vai muito além de uma definição de faixa etária, que compreende um desenvolvimento e amadurecimento biopsicossocial, (trans)formação de crenças e valores e que a parcela populacional que compreende

tais sujeitos esteja representada nas mais diversas estratégias de saúde, educação, moradia, lazer, cultura, segurança e demais áreas inerentes ao desenvolvimento humano digno (Brasil, 2018).

Portanto, a heterogeneidade de realidades e situações determinam a impossibilidade do percurso da adolescência ser vivido do mesmo modo para todos. Deve ser pensada como uma categoria que se constrói e reconstrói dentro de um história de vida, em uma sociedade, cultura e tempo específicos (Fiuza et al., 2021).

A vulnerabilidade e a vulnerabilização são termos usados contemporaneamente para retratar aquilo que tanto buscamos compreender nas entrelinhas, mas ao mesmo tempo trabalhamos para sanar esses problemas. Vulnerabilidade pode ser compreendida como um multideterminação não restrita apenas a ausência ou precariedade no acesso à renda, mas também a vínculos fragilizados e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos havendo uma dimensão pessoal e subjetiva do indivíduo atrelada ao conjunto (PNAS, 2009).

Entre 2000 e 2019, foram registrados 54.458 casos de homicídio no Ceará, dos quais 10.560 (19,39%) as vítimas eram adolescentes de 10 a 19 anos de idade (Meninas no Ceará, 2021).

Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) é uma designação criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para categorizar “*crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo que resulta em morte, também conhecido como latrocínio*” (Meninas no Ceará, 2021).

**Quadro 1: Homicídios de meninas entre 10 e 19 anos em números absolutos no Ceará entre 2014 e 2023**

| Ano  | Números absolutos |
|------|-------------------|
| 2014 | 56                |
| 2015 | 32                |
| 2016 | 27                |
| 2017 | 80                |
| 2018 | 114               |
| 2019 | 43                |
| 2020 | 73                |

|      |    |
|------|----|
| 2021 | 65 |
| 2022 | 41 |
| 2023 | 36 |

Fonte: Monitoramento dos homicídios - Cada vida importa

A percepção da necessidade e relevância sobre a temática violência, homicídios, interrupção cruel e injustificada de histórias de vida e destruição de famílias foi o objetivo da pesquisa intitulada Meninas do Ceará - A trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídios. Esta pesquisa abordou o homicídio de adolescentes, em sua maioria pobres e negras, residentes em áreas periféricas de municípios do Ceará, dominadas por grupos criminosos armados (Meninas No Ceará, 2021).

A leitura do estudo, publicado em formato de livro, com a história de 114 Meninas entre 10 e 19 anos assassinadas em 2018 no Ceará, não conseguindo concluir uma etapa fundamental do ciclo de vida, a adolescência, gerou grande perplexidade e o desafio de compreender esse fenômeno social (Meninas No Ceará, 2021).

O estudo Meninas do Ceará adaptou o conceito da epidemiologia – epidemia - para a descrição de aumento no número de de homicídios de meninas, utilizando o termo epidemia de homicídios:

“(...) faz referência a um determinado evento que ataca simultaneamente grande número de indivíduos em uma determinada localidade. Caracteriza-se, portanto, por uma elevação inesperada e descontrolada dos coeficientes de incidência de homicídios, ultrapassando valores do limiar epidêmico preestabelecido que, para esta circunstância, são de 10 mortes por 100.000 pessoas” (Meninas no Ceará, 2021, p.09).

De acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS - CE), de 2009 a 2023 observamos um aumento de 80% na incidência de homicídios de meninas. Inicialmente foram observados vinte homicídios e ao finalizar 2023 foram 36 (des)casos de adolescentes do sexo feminino vítimas de homicídio.

Esses números, em uma visão superficial podem não parecer alarmantes, principalmente, quando comparamos com os dados do sexo masculino na mesma faixa etária, porém devemos aguçar nossa visão para os dados de 2018, onde

houveram 114 (des)casos que correspondem a um aumento de 570% em relação ao ano de 2009 (Brasil, 2024).

Estamos nos tornando insensíveis a esses dados? O que nos leva a não nos indignar com esses números? Talvez, por analisarmos apenas números?

Compreendemos que os dados estatísticos foram fundamentais para nos alertar quanto a magnitude da problemática, o que nos levou a compreender que a pesquisa sobre temas complexos e multifacetados necessita de uma visão ampliada e metodologicamente complementar.

“Mas não são só números, são histórias de vida perdidas, brutalmente interrompidas, vítimas de uma situação que não deveria existir” (Meninas no Ceará, 2021, p.22).

Segundo relatório da pesquisa “Cada Vida Importa” (2016), seja qual for a metodologia de estudo, haverá uma dificuldade de apontar um nexos causal para os homicídios de adolescentes, pois trata-se de fenômeno multifacetado.

“Ser mulher em uma sociedade patriarcal é estar em condição de vulnerabilidade permanente. Em função de outras estruturas também geradoras de vulnerabilidade, como o racismo e a pobreza, algumas mulheres estão mais vulneráveis do que outras. Essa vulnerabilidade nos expõe a diversas formas de violência cotidianamente.” (Meninas no Ceará, 2021, p.47).

**Quadro 2: Taxas de homicídios (em 100.000 habitantes) em meninas entre 10 e 19 anos no Ceará entre 2014 e 2021**

| Ano  | Taxa de homicídios (100.000 habitantes) |
|------|-----------------------------------------|
| 2014 | 59,9                                    |
| 2015 | 49,05                                   |
| 2016 | 39,63                                   |
| 2017 | 59,85                                   |
| 2018 | 51,14                                   |
| 2019 | 22,4                                    |
| 2020 | 42,42                                   |
| 2021 | 32,46                                   |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2023. Autoria própria.

O impacto de uma vida ceifada, com anos potenciais de vida perdidos, martirizam quem convive com essa realidade, gerando sofrimento mental e exigindo cuidado e atenção intersetorial às famílias das vítimas (MENINAS NO CEARÁ, 2021).

“Entre todas as violências contra mulheres – e mulheres jovens –, soma-se um componente fundamental de machismo e patriarcalismo. E soma-se também um perfilamento racial, estruturante da nossa sociedade. Eram meninas, sobretudo habitantes das periferias, moradoras de áreas muito violentas das nossas cidades, não só de Fortaleza.” (Meninas no Ceará, 2021, p. 07).

É imprescindível destacar que gênero é uma categoria central neste estudo e estará presente em uma dimensão transversal acerca dos homicídios de adolescentes Meninas. Compreendemos gênero como

“Conceito proposto para a desconstrução e desnaturalização dos papéis feminino e masculino, possibilitando a introdução de compreensões das dinâmicas relacionais, tendo em vista que a divisão dicotômica entre homens e mulheres tem produzido historicamente diversos tipos de exploração e violência.” (Meninas no Ceará, 2021, p.10).

Abordar gênero como categoria inerente a vulnerabilização a homicídios implica na compreensão de quais papéis as Meninas vêm assumindo na dinâmica das relações das periferias, uma vez que essa problemática se concentra nos territórios “mais periféricos”. Isso gera a necessidade de abordar gênero e outros marcadores sociais de exclusão como raça, classe e território (Meninas no Ceará, 2021).

Compreendemos o quanto ainda precisamos avançar nas discussões de gênero, principalmente em territórios periféricos onde a prescrição de papéis são pautadas em relações de poder e dominação que perpassam a oposição entre sexos, e onde o impacto do sexismo e da subordinação é influenciado por fatores como pobreza econômica e discriminação étnico-racial.

“A cultura machista e da violência contra as mulheres não poderá ser solucionada de forma simples e isolada, e sim, com uma transformação estrutural da sociedade. Porém, ainda que seja necessária uma transformação que não terá solução em curto prazo, a defesa da vida é urgente” (Meninas no Ceará, 2021, p.48).

Muitos homicídios de Meninas foram “anunciados” nas entrelinhas, através de vulnerabilidades e riscos como violência doméstica, vulnerabilidade social, evasão escolar, violência física e exploração sexual. Muitos foram “decretados” e publicados

em redes sociais, sendo compartilhados em aplicativos de mensagens. Portanto, foram mortes passíveis de serem evitadas (MENINAS NO CEARÁ, 2021).

Outro conceito importante para construirmos a nossa reflexão ética/bioética é o de vida humana. Repetiremos e reformulamos perguntas até encontrar respostas de ações concretas para a prevenção dessas mortes.

“A tortura das vítimas e a crueldade dos crimes revelam a objetificação dos corpos negros e desumanização das meninas periféricas do Ceará. Ao falhar na promoção de políticas de prevenção aos homicídios de meninas, ao direito à investigação e ao acolhimento às famílias das jovens, o Estado se retira do cumprimento de seu dever de enfrentar.” (Meninas no Ceará, 2021, p.19).

O que essas meninas estão deixando? Seus filhos? Família? Direito de serem filhas? Possibilidade de construir uma família? O Estado não tem poder para evitar essas mortes? Onde estamos errando como sociedade e pesquisadores? O patriarcado também é responsável por essas mortes? Toda uma história interrompida poderia ter sido escrita se o Estado cumprisse seu papel de proteção integral de fato?

Mais um conceito central nesse estudo é o de interseccionalidade, uma vez que é sabido que as pessoas não vivem suas vidas em "caixinhas" separadas. Ninguém é apenas 'mulher', 'negra' ou 'trabalhadora'; esses e outros fatores estão sempre amalgamados, misturando-se para criar experiências únicas no mundo. Em vez de operar em separado, características como gênero, raça e classe social se influenciam mutuamente, moldando a forma como cada indivíduo é visto e tratado pela sociedade. É a partir daí que compreendemos a interseccionalidade como nos ajuda a enxergar exatamente como os diferentes aspectos da identidade de uma pessoa se cruzam e interagem, produzindo tanto privilégios quanto desvantagens que não poderiam ser entendidos olhando para cada fator isoladamente (HIRATA, 2014, PEREIRA, 2021).

"A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual." (Bilge, 2009, p. 70).

A pesquisadora deste estudo tem formação em Enfermagem, especialização pelo Programa de Residência Multiprofissional da Escola de Saúde

Pública do Ceará em Saúde da Família e Comunidade e atuou em territórios vulneráveis tanto durante a graduação quanto na pós graduação, sendo sempre instigada a buscar melhorias e compreender o contexto de vida daqueles sujeitos em seus mais diferentes territórios de inserção. Cada um dentro de sua peculiaridade mas sofrendo com problemas iguais: o medo e a morte.

Portanto, nossas questões desafiadoras foram: De que forma as vulnerabilidades a que estão submetidas as Meninas adolescentes contribui para o aumento exponencial de assassinatos de Meninas no Ceará? Quem são essas adolescentes e quais as trajetórias de exclusão e negação de direitos?

Este estudo se justificou pela necessidade ética, humanitária e acima de tudo da defesa pela vida, da construção de processos intersetoriais para prevenir a violência contra adolescentes e jovens mulheres por meio do fortalecimento da rede de atendimento e proteção. Para esse propósito, analisar fatores de risco e vulnerabilidade para homicídios em adolescentes Meninas no Ceará, na perspectiva do campo da saúde contribuirá para uma compreensão sistêmica desse fenômeno.

## **2 ENTRE LINHAS DA VIOLÊNCIA: REVISÃO CRÍTICA E TEMAS SENSÍVEIS SOBRE A VULNERABILIDADE DE MENINAS AO HOMICÍDIO NO CEARÁ**

### **2.1 Sociedade e violência**

Viver em sociedade requer adaptações e desafios nos quais cada indivíduo lida de uma maneira diferente.

Os medos, preconceitos, valores, costumes, ideais, sonhos e projetos de vida se relacionam com o outro e, a partir daí, se forma a capacidade social que nos torna humanos, uma vez que também adquirimos consciência de direitos e deveres, principalmente o respeito ao próximo. Dallari (2014, p. 11 e 12), ressalta essa característica quando afirma que “viver em sociedade deve ser entendido como uma possibilidade de agir racionalmente, jamais usando de violência contra pessoas ou coisas para fazer protestos ou reclamações”.

A partir da negação de direitos, das dificuldades enfrentadas e da discrepância social é que a violência toma espaço e oportuniza caminhos desumanos, árduos e brutais.

Minayo (1994) já traz em seus estudos que a violência é um problema entre teoria e prática sendo um fenômeno biopsicossocial complexo onde a dinâmica da vida em sociedade é o seu espaço de desenvolvimento. Ela nunca é isolada, mas um efeito em cadeia onde “A violência dos indivíduos e grupos tem que ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos com a da ordem” (Domenach, 1981, p.40).

A violência pode se classificar de diversas maneiras, podendo ser estrutural, de resistência e de delinquência, sendo esta última caracterizada pelas ações realizadas fora do padrão legal surgindo a partir de um confronto estrutural entre indivíduos fazendo com que esses se corrompam e cometam delitos (Minayo, 1994).

A desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, seqüestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural, dentro de especificidades históricas (Minayo, 1994, p.8).

Desde a década de 80 o Brasil enfrenta uma crescente nos índices de violência, tendo em destaque a violência no trânsito e os homicídios revelando, um aumento das mortes violentas principalmente entre as idades mais jovens – entre 10 e 29 anos (Souza; Minayo, 1994).

Um estudo realizado fazendo a análise entre 1980 e 2005 acerca das mortes violentas no Brasil mostram características peculiares como um aumento de 15% nas mortes por causas externas – sendo óbitos por homicídios e acidentes de trânsito os principais – revelando um problema social no país; diferenciações entre municípios brasileiros onde em muitos não há notificação de violência ou óbito em decorrência da violência havendo uma caracterização da violência pela mídia, na época, para Rio de Janeiro e São Paulo sem levar em consideração os outros diversos tipos de violência que são praticadas ou até mesmo não notificadas devido incapacidade de quem é agredido; mortes por acidente de trânsito dispersos em todo território nacional; taxas crescentes de suicídios na faixa etária acima de 60 anos; maior concentração de óbitos por violência entre pessoas do sexo masculino, jovem, pobre, de baixa escolaridade e que reside em áreas periféricas; e o uso da arma de fogo como instrumento preferencial para produzir morte entre as pessoas tendo como característica dos usuários as mesmas citadas anteriormente (Minayo, 2009).

Em 2022 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública traz um estudo denominado “A frágil redução das mortes violentas intencionais no Brasil” onde retrata uma máxima de violência letal no país que se deu em 2017, no ano de 2021 houve uma redução nesses números, mas vale ressaltar que existem diversos fatores e causas que implicam neste acontecimento. De início é possível visualizar que esses óbitos violentos não são apenas homicídios, mas sim multicausais podendo se enquadrar os latrocínios, óbitos decorrentes de intervenções policiais, dentre diversos outros. Outrossim é necessário analisar a disposição geográfica das mortes violentas intencionais, onde a partir dessa ótica seccionada percebe-se que a redução desses óbitos não aconteceu de forma homogênea em todo o território brasileiro, havendo até um aumento em seis cidades nos levando a concluir que os fatores locais são relevantes para o desfecho do óbito intencional revelando cenários de violência extrema o que leva a sinalizar uma fragilidade na Segurança Pública do país.

Em comparação com outros países o mesmo estudo traz dados do Escritório das Nações Unidas para Crimes e Drogas, levantando dados de 102 países cadastrados onde, no ano de 2020, o Brasil ocupava a oitava colocação com maior número absoluto de homicídios. Traduzindo para números isso equivale dizer que um país que abriga 2,7% dos habitantes do planeta Terra é responsável por 20,5% dos homicídios registrados em 2020 sendo a maior parte das vítimas homens, negros e jovens.

É nesse cenário de coletividade e na vertente de concordância com o sociólogo francês Émile Durkheim que a sociedade vem se desenvolvendo sendo possível afirmar que o viver em sociedade é estar em constante conflito tanto consigo quanto com os outros e que a desarmonia entre as pessoas parte da necessidade individual de cada indivíduo.

## **2.2 Facções criminosas: um desenho histórico**

Dentre as diversas vertentes do crime como homicídio e latrocínio há também o crime organizado que se mostra não apenas como um operante de aumentar o número das mortes violentas intencionais, mas um sistema complexo que corrobora com o tráfico de pessoas, drogas e armas refletindo em uma evasão do dinheiro público, principalmente por intermédio da corrupção, e visa obter vantagem (Carmo Neto, 2022).

Parte da modernização das atividades mercenárias e de navios piratas que eram realizadas séculos atrás e tem suas raízes na máfia italo-americana onde, através do processo de globalização, expandiram suas atividades ilícitas e suas áreas de atuação, como jogos de azar, prostituição e tráfico de armas atômicas, criando suas próprias organizações locais ao redor do mundo. Isso se define como crime organizado transnacional e chega a fazer parte de 15% a 20% de toda a riqueza gerada mundialmente, uma vez que não ocupam apenas países onde sua maior fonte de renda são as atividades ilegais, mas todos os países já que grande parte dos Estados não estão preparados para barrar tais práticas. É partindo desse efeito de globalização, que reflete não apenas em lados positivos, mas também negativos que se observa quão grande é o obstáculo para se enfrentar a criminalidade transnacional, pois há uma expressa ausência de cooperação jurídica entre as nações (Gomes; Galvão, 2023; Obregon; Fontana Afonso; Oliveira, 2024).

“Pode-se dizer que a desorganização e a ausência de colaboração entre Estados no combate ao crime transnacional são aliadas das organizações criminosas, que se beneficiam dessa lacuna de informações, para organizar uma rede criminal globalizada, que nunca é totalmente descoberta ou investigada, devido a limitações dos Estados de ultrapassar fronteiras, tendo em vista a necessidade de se respeitar a soberania alheia” (Obregon; Fontana Afonso; Oliveira, 2024, p. 221).

Em uma matéria especial da Rádio Câmara, a repórter Paula Bittar, apesar de não citar as fontes da informação, afirma que “Os números são muito vagos quando o assunto é crime organizado no Brasil. Não existem estatísticas de quanto dinheiro as facções criminosas movimentam no país, mas sabe-se que os valores são milionários”. Em vista disso, o crime organizado tem o intuito de ocupar altas posições ou deter monopólio no mercado através de serviços ilícitos, mas também investindo em setores legais da economia. Existe nesse meio a utilização do poder judiciário para obter vantagens a fim de alcançar os objetivos (Ferraz, 2012).

A Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 não só define o crime organizado como também prevê a pena de quem promove, financia, constitui ou integra uma organização criminosa.

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (Brasil, 2013).

É nesse cenário caótico que buscamos compreender a origem das facções criminosas no Brasil, em especial no Estado do Ceará, e como a influência dessas formações estão presentes na (des)construção da sociedade, em especial as pessoas em maiores situações de vulnerabilidade.

O Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e às Organizações Criminais - CAO-CRIMO, João Bosco Sá Valente, expõem em uma matéria como a sociedade é dinâmica e como ela vem se tornando cada vez mais tecnológica permitindo uma intensificação do fluxo de informações e capital. Com o crime organizado não seria diferente, eles utilizam a tecnologia ao seu favor não só relacionando as atividades criminosas, mas também, mas também a captação de membros especialistas nas mais diversas áreas de seu interesse como tecnologia, economia, dentre outras. Esse modo de atuação tornou os métodos de investigação tradicionais ineficazes, resultando numa quase paralisia do Estado frente ao combate do crime organizado e uma sensação de impunidade pela sociedade.

No Brasil não é diferente, o crime organizado estendeu sua terrível influência e o país viu nascerem e se desenvolverem organizações muito temidas e famosas, como o Comando Vermelho e o PCC, além de outras, que atuam sob o anonimato, para que suas atividades tenham uma maior lucratividade. Nosso país é rota de tráfico de drogas e de seres humanos, e vemos o Estado perdendo a batalha contra esse mal (Gomes; Galvão, 2023, p.4).

Existe uma concordância entre autores, a partir de dados e relatos históricos, que a primeira facção criminosa surgiu na década de 70, especificamente no Presídio da Ilha Grande – Rio de Janeiro. Era lá onde presos políticos eram mantidos juntos a presos comuns que passaram a aprender sobre Estado ditatorial, táticas paramilitares e organizaram-se em coletivos que protegiam os presos da brutalidade do sistema prisional – as falanges – juntamente com greves de fome e denúncias por maus-tratos. Por se declararem defensores de esquerda surge o nome “Falange Vermelha” que depois a imprensa passa a divulgar como “Comando Vermelho” (CV) (Huget, 2005; Misse, 2011; Ramos; Ucko, 2018; Reuter; Paoli, 2020; Lins; Machado, 2023).

Em 1979 apenas os presos políticos recebem anistia gerando revolta dos presos comuns do coletivo onde leva o Estado a querer separar esses indivíduos em outros presídios na tentativa de desarticulá-los, porém, levou a ampliação da atuação das facções.

Com o passar dos anos os princípios revolucionários foram mudando e se concentrando no controle da venda de drogas e uso da violência dentro das favelas, culminando na expulsão de gangues menores por desobediências às crenças, valores, símbolos, linguagens e leis do Comando Vermelho. Desse modo essa facção criminosa cria o repertório cultural de toda uma geração nascida e socializada nas favelas (Huget, 2005; Misse, 2011; Ramos; Ucko, 2018; Reuter; Paoli, 2020; Lins; Machado, 2023).

Anos mais tarde, em 1993, surge o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Essa facção surge após o Massacre do Carandiru, em 1992, quando um dos detentos é encaminhado para a prisão em Taubaté e lá se alia com outros detentos formando um time de futebol. Mesmo apresentando-se como solução para os problemas de maus tratos enfrentados pelos detentos e até mesmo conflitos internos entre eles, o PCC mantinha uma relação violenta com seus rivais e, em um dos jogos de futebol contra o Comando Caipira (presos originários de regiões do interior de São Paulo) revelou sua liderança e poder dentro do presídio após uma partida de futebol que terminou com os corpos dos comandantes rivais mortos na quadra da Casa de Custódia. Dentro da sua organização interna a violência não era proibida, mas utilizada como último recurso, porém havia uma monopolização das decisões do grupo acerca do que era considerado certo ou errado (Feltran, 2018; Wainer, 2019).

O PCC se mostra tão organizado que em 1997 regulamenta um estatuto onde traz proibições, normas, valores e meios de regular o comportamento dos membros dentro e fora do sistema prisional (Feltran, 2018; Wainer, 2019).

Inicialmente o Estado quis negar a existência do PCC que ia atuando de forma silenciosa, enquanto o Estado tentava separá-los em diferentes prisões de diferentes regiões do país onde eles aproveitavam para criar novos aliados e aumentar a força da facção, contando também com a “disseminação da palavra” nas comunidades e expandindo as operações do tráfico de drogas. Em 2001 o PCC comandou uma rebelião de grandes proporções, em vinte e nove unidades prisionais devido a transferência dos três principais comandantes da facção, mostrando à mídia a sua força e existência, levando o Estado a temer as proporções antes ignoradas.

No ano de 2002 “Marcola” se torna o principal comandante da facção, após se desentender com os demais comandantes, reformulando estruturalmente a organização tornando atos criminosos não mais esporádicos, mas sim como parte dos

lucros e fortalecimento da facção – ações essas que aprendeu com mafiosos italianos no qual conheceu dentro do sistema prisional-. O PCC ainda promoveu mais uma rebelião em 2006 havendo morte em massa e com o governo de São Paulo sendo acusado de não investigar as mortes do conflito resultando em uma onda ainda maior de violência e homicídios. Isso levou ao debate do real papel da segurança pública, da impunidade que vinha acontecendo e de como o crime organizado estava influenciando o país (Feltran 2012; Wainer 2019; Jozino, 2021).

O PCC é um dos maiores influenciadores do tráfico de drogas no país, mantendo relações internacionais, estabelecendo rotas de transporte das drogas principalmente com Bolívia e Paraguai, conseguindo cocaína a baixo custo – em função de um contrato direto com os produtores – tanto para venda dentro do Brasil quanto para exportação para Europa e África (Manso; Dias, 2018).

Após a aliança e hegemonia no Sudeste do Brasil, PCC e CV se expandem em ramificações para o Norte e Nordeste visando novas rotas comerciais para o tráfico. As duas facções rompem suas relações em uma disputa de poder de rotas comerciais no Sul do país e, assim, fragmentam-se em grupos locais (Herculano, 2020). A primeira demonstração pública deste rompimento de aliança foi em 2017 em um Complexo Penitenciário de Manaus – AM, quando a facção Família do Norte (FDN) – aliada a facção CV – comandaram uma rebelião dentro da penitenciária afirmando ser mais um capítulo da guerra do narcotráfico executando cinquenta e seis internos aliados ao PCC (Henrique; Golçalves; Severiano, 2017).

Além da rebelião já citada, outras aconteceram em Roraima e Rio Grande do Norte, ambas em 2017 onde os responsáveis eram integrantes do PCC e executaram 31 e 27 detentos respectivamente. A marca do crime é a decapitação e, no Rio Grande do Norte, seu rival é o Sindicato do Crime aliado às ideologias do Comando Vermelho (G, 2017; Zauli, 2017).

No Ceará a marca histórica deixada pela facção foi o assalto ao Banco Central, liderada por chefes do PCC, fazendo aliança com pessoas das mais diversas classes sócias e, devido a denúncia realizada dentro do presídio de que estaria prestes a acontecer o maior roubo ao Banco central, dois homens foram mortos, estando um deles com um cadeado na boca e um cartaz escrito “PCC” (Brasil, 2009).

Ainda em uma terceira vertente de briga territorial, surge em 2016 em Fortaleza - CE a facção Guardiões do Estado (GDE) resultado da expansão territorial do CV e PCC e a revolta de se pagar altas taxas para tais facções. Assim, integrantes

do PCC se desassocia e passam a disputar não apenas o poder territorial, mas também os pontos de vendas de drogas ilícitas nas periferias de Fortaleza (Demitri; Medeiros, 2021).

O que podemos perceber é a guerra entre duas grandes facções criminosas e suas devidas ramificações dentro do país pela disputa de poder, território, controle e proteção dos presos dentro do sistema carcerário, uma vez que este oferece condições desumanas e insalubres com superlotação e falta de insumos básicos para sobrevivência, gerando revolta não apenas dentro do ambiente prisional, mas fora dele e por parte de seus familiares.

O tratamento desumano dado aos presos e seus familiares é uma realidade histórica, que não teve nenhuma alteração com a aprovação da Lei de Execução Penal, em julho de 1984, que, caso fosse efetivamente aplicada, garantiria aos presos e seus familiares uma outra perspectiva de futuro. Todavia, nas últimas três décadas, o problema se agravou. Além da ampliação das dificuldades já existentes (como superlotação, tortura e assassinatos), houve a expansão do narcotráfico e o aumento significativo da população carcerária e os estabelecimentos prisionais brasileiros passaram a ser dominados por facções criminosas. Apesar dos esforços envidados pelas autoridades no sentido de reprimir tais práticas delituosas, as organizações criminosas continuam a atuar nos presídios, posto que as condições que deram origem a elas e ajudaram a disseminá-las ainda persistem (Brasil, 2009, p.62).

É percebido uma vertente do racismo estrutural no sistema prisional uma vez que o Brasil se desenvolveu em um contexto de exploração da população negra trazida em navios para serem escravizados por grandes senhores onde, mesmo após a abolição da escravatura, foi mantido uma hierarquização racial que garantiu uma marginalização do povo negro.

Desse modo, o sistema de justiça criminal tinha como critérios preestabelecidos para tipificar os crimes as atividades realizadas pela parcela populacional negra, como a cultuação aos seus orixás e a manutenção de suas raízes pela manifestação da dança, tendo a coerção, a punição e a violência como estratégias primordiais para se mostrar àquela parcela populacional seu lugar na sociedade enraizado em uma base das Ordenações Filipinas como um primórdio de código penal onde o caráter violento do escravismo imperava (Borges, 2019; Flauzina, 2017).

Borges, 2019, enfatiza em seu estudo a visão peculiar dos indícios intencionais dos alvos do sistema de justiça do Brasil. Ele enfatiza que até 1830 as penas aplicadas a pessoas livres e aos escravos eram diferentes. Após esse ano, o

sistema de justiça criminal brasileiro manteve a garantia de propriedade privada sob o escravo, uma vez que eles eram punidos fisicamente e devolvidos a seus senhores. Cem anos depois, em 1930, foi difundido o mito da democracia racial, onde a narrativa de que o Brasil é miscigenado a partir de três raças, não podendo assim se falar em racismo. Essa ideologia até hoje é perpetuada por alguns e camufla difundido e enraizado na população trazendo peso para julgamentos seja ele social ou judicial, sempre associando o negro a algo errado e que deve ser cruelmente punido.

De acordo com o Relatório de Informações Penais (RELIPEN) do primeiro semestre de 2024 é possível compreender que o maior número de presos em celas físicas está na faixa etária de 35 a 45 anos. Em relação à raça/cor, 320 mil presos são pardos, correspondendo a 49% da população carcerária. São em sua grande maioria solteiros, com ensino fundamental incompleto, presos por homicídio, roubo, receptação, estupro de vulnerável, quadrilha, tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. É necessário ressaltar que o perfil de presos com monitoramento eletrônico domiciliar é o mesmo dos que estão em celas físicas sendo 46% deles pardos (Brasil, 2024).

Algo interessante ao ser analisado no documento são os presos sem monitoramento eletrônico domiciliar, estes apesar de serem caracterizados quanto raça/cor trazem números alarmantes quanto a não declaração de raça/cor dessa população, correspondendo a 56%. Isso faz com que não seja trazido à tona uma possível reafirmação do que Borges (2019) faz em seu estudo acerca da caracterização dos presos no sistema penitenciário brasileiro mascarando a realidade. Os dados específicos dos presos sem monitoramento eletrônico domiciliar nos trazem o questionamento do motivo pelo qual essas pessoas não estão declarando sua raça/cor, já que em todas as outras categorias são números altos, mas não tanto quanto dessa categoria em específico (Brasil, 2024).

Apesar disso vemos em dados atuais a caracterização da população do sistema carcerário, podendo inferir acerca do que foi discutido antes acerca do enraizamento de uma cultura racista, punitiva e que julga também com base na cor da pele, uma vez que essa é a população que mais é afligida pelas iniquidades sociais.

Com essa contextualização e resgate histórico das facções criminosas por todo território brasileiro vemos que a raiz do problema sempre foi a luta contra a opressão, o sistema, a busca por dignidade que gera revolta, e a busca pelo poder. Ademais, o sistema penitenciário brasileiro ainda corrobora para rebeliões dentro do

sistema carcerário uma vez que sua base está imbricada em estruturas moldadas pelo proibicionismo, punição, agressão e retirada de direitos levando a uma invalidação do ser humano.

Dentro desta conjuntura, vale destacar as ideias da obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Apesar dos fins educacionais, esta obra destaca-se por sua preocupação com a justiça social e a luta contra a opressão, temas que seguem relevantes na contemporaneidade e que perpassam as barreiras educacionais (Freire, 1970).

As ideias que constam nesta obra foram tecidas no período em que o educador Paulo Freire foi exilado do Brasil, devido a sua militância política e as suas ideias contrárias ao regime militar.

A experiência de estar refugiado no Chile, país de acentuadas desigualdades políticas e sociais, propiciou a Freire uma intensa politização que deixou fortes marcas em suas obras. Nesta experiência Freire encontrou um espaço político, social, educativo e cultural muito dinâmico, rico e desafiante, possibilitando cotejar essa realidade com o contexto brasileiro. Suas vivências no Brasil e a oportunidade de reflexão diante das experiências no Chile resultaram em uma obra que é um somatório de acontecimentos: prisão, exílio, caminhada intelectual, experiências do Brasil vistas do Chile em transformações, etc. (Gadotti, 1996).

A experiência de Freire com a alfabetização de adultos, especialmente os mais pobres e marginalizados, permitiu ao autor perceber a importância da educação como ferramenta de transformação e empoderamento. Diante disso, ele destaca como tema central de suas obras propiciar aos oprimidos a compreensão crítica de sua própria realidade. Freire explicita que o colonizador manteve o controle sobre o colonizado através da imposição de uma cultura dominante que se reflete na educação e na comunicação e perpetua essas relações de poder entre subordinadores e subordinados.

Nesse sentido, a conscientização e a reflexão crítica, adquiridas através da dialogicidade na educação, são ferramentas essenciais para que os oprimidos possam reconhecer sua real condição e lutar por liberdade. Muitas vezes, na realidade o que ocorre é que ao viver em um sistema opressivo, os oprimidos podem ver o opressor como um modelo de sucesso e poder. Ao desejar se emancipar da sua condição de subjugado, os oprimidos podem vir a acreditar que alcançar a posição de opressores lhes trariam status, controle e liberdade. A nossa atual cultura dominante

reforça e alimenta esta visão em que o opressor é glorificado e o oprimido é marginalizado.

No entanto, Freire enfatiza que a verdadeira libertação não está em substituir um opressor pelo outro, mas sim na transformação da estrutura social que sustenta esta dinâmica. Sendo assim, a conscientização e a educação crítica são essenciais para que os oprimidos reconheçam essa armadilha social e busquem uma verdadeira emancipação com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Freire, 1970).

A larga sensação de prazer que o poder traz ao oprimido? Como refletiu Paulo Freire “*o sonho do oprimido é se tornar o opressor?*” Foi nas organizações criminosas que muitos vislumbraram esta hipotética oportunidade. Oportunidades não apenas para si, mas a falha ilusão de dar uma vida melhor para seus familiares.

E considero uma falsa ilusão, pois sabemos que a grande maioria dos detentos e mortos em guerras de facções, confrontos policiais ou “acertos de contas” são os pretos periféricos, a parte pobre e que menos cresce com o narcotráfico, aquele que está no chão da favela fazendo os “corres” para gerar lucro aos grandes idealizadores que estão protegidos em lugares inalcançáveis – ou que pelo menos o Poder Público não consegue chegar.

"Eles não são tão organizados assim na rua. O problema é a falta de estratégia dentro do sistema prisional. Eles vão para dentro do sistema prisional, e essas pessoas já estavam na rua, desassistidas de estrutura, desassistidas de família, desassistidas de oportunidade. Essas pessoas já não têm sentimento de pertencimento. Essas pessoas já procuram alguma coisa, algum referencial na vida. Na medida em que encontram o crime, e vão para o encarceramento, não encontram um sistema adequado, um sistema capaz de recuperá-los, não encontram o estado lá dentro. Eles são entregues tão somente ao aspecto punitivo da questão, estão encarcerados, e tem todo o tempo do mundo para pensarem no que quiserem. É como se diz: a cabeça vazia e todo o tempo do mundo, vira oficina do diabo" (Da Silva, 2006, [s/p]).

É percebido a influência das facções criminosas em todos os âmbitos da sociedade, os noticiários diariamente retratam a interferência desses grupos em eleições municipais, vida de luxo em diversas cidades, submissão de pessoas a torturas nos “tribunais do crime” e diversas outras atividades que envolvem desde pessoas com menor poderio dentro do meio, aos altos escalões. Contudo também é possível concluir que o Estado só consegue alcançar as esferas mais baixas, porque os que comandam são menos expostos.

“Estudante é torturado por integrantes de facção após sair de escola em Fortaleza e submetido ao “tribunal do crime” [...] Criminosos o humilharam, fotografaram e filmaram a vítima no momento da tortura e das agressões” (Sisnado, 2025, *online*).

“Cearenses chefes do CV escondidos na Rocinha (RJ) interferiram na eleição de Santa Quitéria. Criminosos teriam comprado votos, inclusive, com a doação de entorpecentes a potenciais eleitores, e ameaçado adversários políticos e apoiadores deles” (Melo; Borges, 2025, *online*).

Ignácio Cano, sociólogo, em entrevista à Rádio Câmara, afirma que observa nas facções criminosas brasileiras não a intenção de derrubar o Estado e sim de corrompê-lo uma vez que eles não têm um projeto político, agindo como parasitas e visando o lucro. Para ele, o crime organizado não vai ser combatido mantendo preso supostos líderes dessas facções e sim tomando medidas cabíveis para se desvendar as lideranças superiores que são responsáveis pela venda de sentenças judiciais permitindo que o crime continue a se organizar dentro do Brasil.

No livro “Viver em Sociedade” (2014) o Prof. Me. Otávio Luiz Machado contribui com a obra quando fala que a educação para a civilidade é mais valiosa que nunca, pois perpassa um momento onde há um aumento da criminalidade, da violência, do consumo de drogas e da apatia política nas nossas juventudes. É nessa reflexão levantada que percebemos que ainda falta muito para atingirmos a tão sonhada equidade.

### **2.3 A cultura da violência e a violência na cultura**

A violência pode ser atrelada a diversos meios comuns do cotidiano sendo um fenômeno multidimensional utilizado como meio de dominação estruturando-se de diversas formas em todas as camadas sociais fugindo de qualquer conceito único e engessado (Minayo, 2006).

O habitus é a incorporação de estruturas da sociedade que permitem que o indivíduo pense e formule seus conceitos dos mais diversos aspectos coletivos construindo sua posição orientadora da realidade (Bourdieu, 1996). Desse modo o primeiro lugar onde se reproduz esse habitus é no seio familiar, perpassando por toda uma construção social ao longo da vida por meio da relação indivíduo e ambiente e suas experiências vivenciadas (Souza, 2014).

Todo esse contexto, se atrelado a um ambiente violento, faz com que o sujeito tenha uma violência simbólica embutida em seu cotidiano de forma naturalizada, onde

se é submisso a decisões e escolhas por influência do meio por mais que não seja de sua vontade (Santana, 2012).

Para além desses exemplos, temos ainda dentro do escopo da simbologia atrelada a violência algumas culturas musicais, como a do funk, que traz apologias e caracterizações ao sujeito onde apelam para o modo padrão daquele contexto social no qual está inserido. Os produtores de música do gênero funk tentam romper com o estigma de ser favelado, mas também incorpora nas letras o estigma marginal quando tras palavras cujo duplo sentido sugere simultaneamente violência, força, união, perigo, beleza e honra (Cunha, 2001). Podemos verificar isso em trechos de músicas desse gênero quando trazem em suas letras ideias de luxo, ostentação, poder, objetificação feminina, dentre outros.

“Eu tenho um plano  
Compro um Bugatti igual o do Cristiano  
Eles vão dizer que esse pretim tá traficando  
Pique jogador caro, com jeito de malandro  
O tempo fecha quando os pilantra vê nós passar no bonde  
Várias gostosa na garupa da CB caindo pro funk  
Respeita, carai” (Made In Favela - Hungria)

“Passei de nave e ela me viu  
Na Rua da Água, portando um fuzil  
Me mama num beco um pouco distante  
Tu satisfaz, tô na onda do skunk  
Tipo Hollywood” (Tipo Hollywood - Mc Ws Da Leste).

Quebrar esse estigma se torna cada vez mais difícil quando se vê rappers, como Oruam que é filho de líder da facção criminosa Comando Vermelho, em ascensão profissional com músicas que fazem apologia ao crime e ao uso de drogas assim como o MC Poze do Rodo. São pessoas que fazem shows em áreas estratégicas que corroboram com o crime porque as letras que produzem perpetram a violência nos mais diversos aspectos (Bigas, 2025).

Apesar dessa cultura perpassar as periferias e estar também presente no contexto de adolescentes de classe social privilegiada eles não agregam a si as mesmas características dos jovens negros periféricos, uma vez que consomem da cultura do funk em locais protegidos além de utilizarem seus locais de residência para não serem excluídos socialmente, já que caracterizam o fato de morar na periferia pertencer a parcela “esquecida” (Oliveira; Luiz; Couto, 2022).

É partindo desse estigma que o jovem periférico assume, até como forma de mecanismo de defesa psíquico, a identidade social que lhe é imposta por ocupar

determinados espaços passando até mesmo a se identificar com o estigma que lhe é imposto (Shecaira, 2004).

Corroborando com a ideia, Santos e Silva (2020, p.2) trazem que “o funk, como produto cultural, determina o modo de ser jovem, reforça valores, envolve-o nas representações identitárias, ligadas a um desejo simultâneo de autoafirmação, de liberdade, de inclusão e de resistência”.

“Eu só quero é ser feliz  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
Fé em Deus, DJ” (Rap Da Felicidade - Cidinho E Doca).

É necessário e fatídico trazer que o território das periferias é heterogêneo e possui nela sujeitos que não gostam de tal cultura, mas estão condicionados a frequentar devido a necessidade de socialização e disponibilidade desta no território.

Embora o funk não seja a preferência musical de alguns adolescentes, estes frequentam os bailes funk, demonstrando que, a despeito da heterogeneidade nos gostos musicais, as práticas de lazer são condicionadas pelas efetivas disponibilidades do território (Oliveira; Luiz; Couto, 2022, p. 4).

Ainda no estudo realizado por Oliveira, Luiz e Couto (2022), é possível transcorrer que nesses espaços de socialização a ordem de gênero e classe são expressivas e diferenciam os sujeitos.

“os adolescentes expressaram ser atingidos pela violência simbólica dos discursos discriminatórios que inferiorizam seu gosto pelo gênero musical funk, assim como pela violência subjetiva, tanto por relações violentas no território entre os pares quanto por aquelas perpetradas por agentes do Estado, nomeadamente os policiais (Oliveira; Luiz; Couto, 2022, p.5).

No mesmo estudo Oliveira, Luiz e Couto (2022) ainda trazem uma caracterização dos sujeitos, onde aqueles que são cobiçados pelas meninas são homens jovens que possuem algum status social, onde muitas vezes advém não de um emprego formal, mas de trabalhar para o tráfico e envolvendo-se em roubos e furtos e ostentarem uma condição proveniente disso, gerando uma posição social diferente dentro do território. Eles ainda acabam agregando a si uma personalidade violenta, colocando em forma e prática a violência, tornando-a explícita, mas naturalizada pela sociedade como se fizesse parte do ser masculino, sendo uma simbologia da violência.

Cymrot (2011, p.65) nos afirma que o prazer pela música e pela cultura do funk poderia ser utilizado para promover rendas formais a partir de cursos de DJ e que “não se pode fazer o combate a criminalidade subcultural com a tradicional repressão, mas com um processo de cooptação dos grupos, inserindo-os no mercado de trabalho e oferecendo-lhes o acesso à sociedade produtiva”.

Corroborando com a cultura do funk nos territórios de alta vulnerabilidade social, os autores trazem em seu estudo que há pontos positivos e negativos nos bailes funk, como “eventos nos quais a socialização e a participação coletiva oferecem satisfações diretas e imediatas”, em contrapartida negativa do “som altíssimo, o consumo de drogas, o estímulo ao consumo de produtos de marca e a exploração do corpo da mulher” (Oliveira; Luiz; Couto, 2022, p.4).

Apesar disso não se pode dizer que a cultura do funk agrega apenas valores negativos, já que ela retrata uma realidade vivida dentro dos espaços periféricos e ainda há um movimento que corrobora para a criminalização dessa prática cultural, uma vez que ela é majoritariamente consumida e produzida por uma parcela populacional que se caracteriza como jovem, pobre e negro, o mesmo padrão que sofre repressão social e com o poder de polícia do Estado (Cymrot, 2011).

Desse modo temos uma caracterização da periferia sendo agregada a ela uma “depositária da lógica da sociedade circundante que reafirma os pretos, pardos e pobres como criminosos e violentos.” e ainda mostrando ser um território altamente vulnerável quando mostra que “em razão das situações cotidianas de discriminação e exclusão, os adolescentes buscam medidas protetoras em face das violências, mas não obtêm sucesso” (Oliveira; Luiz; Couto, 2022, p. 5 e 6).

“Todo mundo devia nessa história se ligar  
 Porque tem muito amigo que vai pro baile dançar  
     Esquecer os atritos  
     Deixar a briga pra lá  
 E entender o sentido quando o DJ detonar  
 Era só mais um Silva que a estrela não brilha  
     Ele era funkeiro  
     Mas era pai de família [...]  
     Era um domingo de Sol  
     Ele saiu de manhã  
     Pra jogar seu futebol  
     Levou uma rosa pra irmã  
     Deu um beijo nas crianças  
     Prometeu não demorar  
 Falou pra sua esposa que ia vir pra almoçar [...]  
     Era trabalhador, pegava o trem lotado  
     Tinha boa vizinhança, era considerado

E todo mundo dizia que era um cara maneiro  
 Outros o criticavam porque ele era funkeiro  
 O funk não é modismo  
 É uma necessidade  
 É pra calar os gemidos que existem nessa cidade [...]” (Rap Do Silva - Bob Rum)

É necessário salientar que não é apenas a cultura do funk que internaliza a violência dentro das mais diversas expressões, mas também a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão. A criminalidade sensacionalista é rapidamente reproduzida como casos de “sucesso” encorajando tal prática, afinal esses casos não espelham apenas uma realidade mas fazem uma mediação dela participando do processo de socialização e formação do indivíduo (Shecaira, 2000).

O gênero musical sertanejo universitário, por exemplo, também traz essas características em algumas composições de autores, retratando a mulher em um perfil de doméstica, falando mal da companheira onde o homem se exalta como quem mantém a relação estável, e até mesmo impondo a mulher a deixar de realizar atividades que gosta, como ir a festas, para estar com um companheiro. Vemos esses retratos nos seguintes trechos:

“Ela queima o arroz  
 Quebra copo na pia  
 Tropeça no sofá, machuca o dedinho  
 E a culpa ainda é minha  
 Ela ronca demais  
 Mancha as minhas camisas  
 Dá até medo de olhar  
 Quando ela tá naqueles dias  
 É isso que eu falo pros outros  
 Mas você sabe que o esquema é outro  
 Só faço isso pra malandro não querer crescer o olho  
 Tá doido que eu vou  
 Fazer propaganda de você  
 Isso não é medo de te perder, amor  
 É pavor, é pavor  
 Tá doido que eu vou  
 Fazer propaganda de você  
 Isso não é medo de te perder, amor  
 É pavor  
 É minha, cuido mesmo, pronto e acabou[...]” (Propaganda - Jorge E Mateus)

“Não sou de fazer ameaça, mas seu beijo vai ter volta  
 Não tô querendo te apressar, mas minha vida já tá pronta  
 Tira uma selfie comigo, depois eu te mostro  
 Eu ainda vou namorar com essa moça da foto  
 Eu tenho certeza, vai ser de primeira  
 Se a gente ficar, é menos uma solteira nesse mundo  
 E menos um vagabundo!  
 Você decide, a minha boca ou a do litrão  
 Cê quer dançar comigo ou descer até o chão, sozinha?  
 Você quer ser da bagaceira ou quer ser minha?”

Você decide, a minha boca ou a do litrão  
 Cê quer dançar comigo ou descer até o chão, sozinha?  
 Você quer ser da bagaceira ou quer ser minha?  
 Tá na sua mão  
 Vai escolher amanhecer na farra  
 Ou no meu colchão?[...]” (Litrão - Matheus E Kauã)

No cotidiano é comum ver nos noticiários adolescentes reproduzindo a violência explícita e simbólica dentre ações de agressão a colegas ou professores, reprodução de *bullying*, ameaças, reprodução de simbolismos verbais e não verbais de facções criminosas, dentre diversas outras ações que naturalizamos como característico do ser.

São essas reproduções de padrões vivenciados no cotidiano e que se expressam como violência das mais diversas formas que gera no indivíduo a sensação de medo e desproteção, fazendo-o vivenciar uma insegurança social e por parte do Estado.

“Se eu fecho os olhos, minha mente desenha você, tapo os ouvidos, mas consigo escutar sua voz, Só de pensar que nunca mais eu vou te ver Dói, dói, dói. Que mundo é esse tão cruel que a gente vive? A covardia superando a pureza, O inimigo usa forças que oprimem, oprimem. É, vai na paz, irmão, fica com Deus, Eu sei que um dia eu vou te encontrar. Valeu, menor, espera eu chegar!” (Espera Eu Chegar - Mc Kevin O Chris).

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 Objetivo geral

Compreender fatores de risco e vulnerabilidade para homicídios em meninas de 15 a 25 anos no Ceará.

#### 3.2 Objetivos específicos

- a) Compreender fatores individuais que colaboram para a vulnerabilização de adolescentes do sexo feminino a morrer decorrente de homicídio;
- b) Compreender fatores coletivos que colaboram para a vulnerabilização de adolescentes do sexo feminino a morrer decorrente de homicídio;
- c) Compreender como os marcadores de raça, classe, gênero e território operam e se interrelacionam na trajetória de vida e vulnerabilização de adolescentes;

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Caminhos metodológicos

A pesquisa ocorreu em duas etapas, complementares:

a) Etapa 1: Realização de revisão integrativa da literatura (anexo I).

b) Etapa 2: Realização de pesquisa qualitativa através de entrevistas semiestruturadas e análise do discurso.

### 4.2 Revisão integrativa

A revisão integrativa de literatura realizada para este projeto deu base para a elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada e foi construído artigo para publicação, como resultado dessa pesquisa. O artigo foi encaminhado para publicação (Anexo I).

Foram seguidos metodologicamente os passos propostos por Souza et al. (2010), sendo estas a formulação da hipótese/questão da pesquisa, uma busca dos estudos publicados sobre a temática, coleta de dados, análise dos estudos de forma detalhada e crítica, interpretação dos estudos selecionados e a síntese do processo originando o estudo.

A estratégia de busca por estudos na revisão integrativa foi orientada conforme a combinação de quatro descritores, aplicando moduladores booleanos, indexados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Foram utilizadas seis chaves de busca no total, pesquisadas nos idiomas Inglês e Português através de combinações de descritores booleanos “AND” e “OR”, a saber: homicídio, adolescência, jovens, feminino, gênero e mulheres.

A busca foi realizada nos meses de maio e junho de 2024, nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (Index Psi).

Foram encontrados 256 estudos, onde foram aplicados filtros de texto completo gratuito disponível na íntegra, em inglês, português e espanhol nos últimos

5 anos. Após a busca foram aplicados os critérios de inclusão sendo eles estudos primários e realizados com adolescentes. Foram excluídos todos os estudos de revisão, teses, dissertações e monografias, além de estudos nos quais não abordaram adolescentes como o público principal. Após a leitura completa dos artigos na íntegra foram selecionados 10 artigos para compor a amostra.

### 4.3 Da natureza qualitativa desta pesquisa

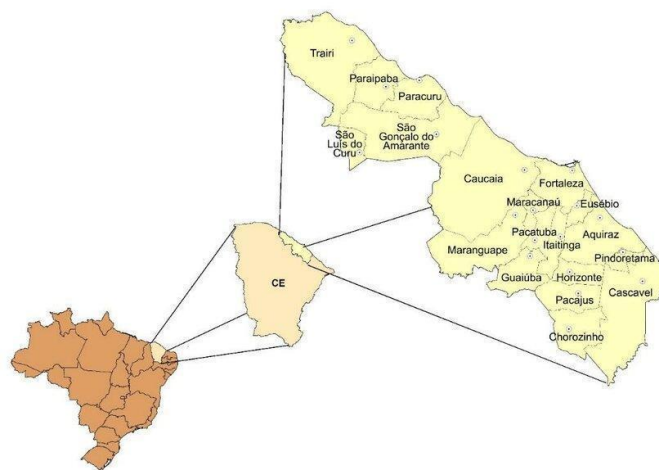
Este projeto enveredou pela pesquisa qualitativa em saúde coletiva e buscou dialogar com Minayo (2019) e a proposta metodológica de estudos compreensivos e “técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia”. Nessa perspectiva, a palavra falada e a observação pelo olhar empático são postos além de instrumentos de pesquisa, mas como condição humana do pesquisador e seu interlocutor (Minayo, 2019).

Ao “*olhar com intacta retina*” e compreender os sentidos de existir ou resistir, em “*uma matéria vida tão fina*”, foram os desafios epistêmicos que propusemos neste estudo.

### 4.4 Local e população do estudo

A pesquisa foi realizada no Brasil, Estado do Ceará, nos municípios de Fortaleza e Caucaia, conforme mostra na figura 1, sendo esses municípios integrantes das pesquisas “Cada Vida Importa” e “Meninas do Ceará”.

**Figura 1: Local do estudo**



Fonte: Região Metropolitana de Fortaleza.

Foram entrevistadas adolescentes do sexo feminino de 15 a 25 anos, que moram nos bairros Barra do Ceará - localizado em Fortaleza - e Parque Leblon - localizado em Caucaia. Tais bairros foram escolhidos devido serem localidades com elevada vulnerabilidade social e a perspectiva do acesso a comunidade através do projeto Aqui Tem Sinal de Vida.

O Projeto Aqui tem Sinal de Vida, projeto social e de extensão da Universidade Federal do Ceará, surgiu em 2016 devido à crescente necessidade de formar profissionais com conhecimentos, atitudes e habilidades para atuar no coletivo. Isso remeteu à necessidade dos estudantes romperem os muros da Universidade e se inserirem na comunidade e território dinâmico.

O Projeto Aqui tem Sinal de Vida foi utilizado como ponto de partida para acesso às Meninas, uma vez que consiste em um território de socialização e frequentado por Meninas de todas as idades, ademais estas podem estar indicando outras Meninas que não estejam vinculadas ao projeto social mas que façam o perfil no qual buscamos no estudo.

#### **4.5 Coleta e análise de dados**

Segundo Minayo (2020), o “fazer ciência é um trabalho intenso ancorado no tripé teoria, método e técnica”, sendo a análise dos dados uma etapa interconectada ao projeto de pesquisa.

“Os estudos compreensivos devem ser bem planejados e executados de forma teoricamente aprofundada, metodologicamente correta e historicamente contextualizada” (Minayo, 2020, p.53).

No período que antecedeu a coleta de dados, foi realizado um contato prévio com os participantes do projeto social para visualizar a dinâmica e interação do grupo, sendo estes registrados em diário de campo. Essa imersão inicial foi um passo fundamental no processo de planejamento das entrevistas, auxiliando na introdução ao diálogo, tomadas de decisões e compreensão da fala dos entrevistados dentro do contexto no qual estão inseridos.

A técnica proposta para coleta de dados consistiu em entrevistas semi estruturadas, construídas a partir da teoria e síntese de conhecimento resultante da revisão integrativa, com a possibilidade de reformulação durante o desenvolvimento

da pesquisa. Nessa técnica de coleta, o pesquisador se guia por um roteiro envolvendo questões fundamentais para alcançar e organizar os objetivos propostos pela pesquisa, mas não necessariamente se limita a entrevista (Castro; Oliveira, 2022).

As entrevistas semiestruturadas foram analisadas quanto a fatores internos e externos em cada etapa: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Essas foram analisadas quanto à coerência, consistência, originalidade e objetivação. Os fatores externos, ou seja, o contexto situacional da entrevista, foram analisados visando observar se houve interferência destes na elaboração, aplicação e análise da entrevista (Castro; Oliveira, 2022).

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, através do aplicativo *Transkriptor*®, garantindo a retirada de qualquer informação de identificação para manter o anonimato.

A amostragem foi definida a partir da técnica de “amostragem em bola de neve” onde a amostra não é probabilística e funciona com base em uma cadeia de referências onde é útil para se estudar populações difíceis de serem encontradas ou que não há precisão acerca de seu quantitativo. É um processo permanente de coleta de informações onde o entrevistador é quem determina o ponto de saturação a partir daquilo que é trazido pelo grupo (Bernard, 2005; Vinuto, 2014).

A metodologia para a análise do material empírico foi a análise do discurso, metodologia fundada por Michel Pêcheux, na França em 1968, que vem sendo analisada criticamente e sofrendo reformulações desde sua elaboração (Fernandes et al, 2019).

Segundo diversos autores, nas práticas contemporâneas de análise do discurso, destaca-se a interpretação, tendo em vista que “não basta saber o que o texto diz, mas como diz, ou seja, como funciona discursivamente” (Fernandes et al, 2019).

Esse processo de análise e interpretação nos levou a compreensão da regularidade do objeto discurso e sua especificidade na produção de “matrizes de sentidos” que delimitam os espaços significantes (Orlandi, 2003).

A escolha do método de análise perpassou a experiência da pesquisadora em trabalhar como enfermeira em Equipe de Saúde da Família em município do interior do Ceará, durante o período de março de 2021 a fevereiro de 2023 na

Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP).

Essa experiência atribuiu à pesquisadora compreensão de questões de análise mais profundas. O diálogo com a literatura científica proporcionou à pesquisadora uma melhor percepção de quando e como decidir aprofundar as relações com o sujeito, para subsidiar as informações as quais deseja adquirir, analisar e compreender.

#### **4.6 Critérios de inclusão**

Foram incluídas Meninas moradoras das áreas supracitadas, com idade entre 15 a 25 anos durante a coleta dos dados, que aceitaram participar do estudo assinando os termos de consentimento e assentimento. Dentre as participantes com idade inferior a 18 anos, os pais deveriam consentir e assinar esse termo.

#### **4.7 Critérios de exclusão**

Foram excluídas adolescentes que desistiram no decorrer do processo ou que as exponham em situações de risco durante a pesquisa.

#### **4.8 Questões éticas**

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde, nele, constou todas as informações acerca da pesquisa, garantindo aos participantes o respeito aos seus direitos e o sigilo das informações prestadas. Além disso, por se tratar de um estudo realizado com meninas menores de 18 anos ainda foi necessário a assinatura de um Termo de Assentimento onde nele também foi explicitada a finalidade da pesquisa e garantido sigilo das informações prestadas sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais.

Vale ressaltar que, por se tratar de pesquisas com seres humanos, este estudo seguiu todas as normas pressupostas pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis em pesquisas no âmbito das ciências

humanas e sociais onde o processo metodológico envolva seres humanos ou informações pessoais identificáveis nas quais coloque em risco a vida do participante.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Universidade Federal do Ceará e, obtendo como número de parecer 7.575.126 em 16 de maio de 2025. Após a autorização a coleta de dados iniciou no campo supracitado e utilizou-se o decurso de maio e junho para realizar as entrevistas. Todas as entrevistas foram transcritas, analisadas e interpretadas de modo singular.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1 Um desenho histórico escrito por realidades complexas**

As periferias estão inseridas dentro dos centros urbanos como uma margem da sociedade, invisibilizada, não pertencente ao espaço, não importante e não construtor social, varridos historicamente ao esquecimento social. O que falta é ver quão influentes e importantes eles são na construção do cotidiano, que são pertencentes ao meio, merecem e devem ser cuidados.

Suas histórias expressam marcas espaciais do racismo estrutural que se reproduziu pela negação de políticas de reparação à população negra após a escravidão, pela consolidação do domínio da propriedade nas mãos de homens brancos e ricos com a Lei de Terras, de 1850, e a especulação imobiliária, que foi empurrando a população pobre e negra para os espaços desvalorizados da cidade, com reformas urbanísticas que priorizaram os segmentos mais abastados da sociedade (Oliveira, 2021, p.350).

Esse esquecimento e varredura social não parte de agora, vem desde os primórdios em que se escreve história, pois a valorização monetária sempre foi superior a valorização do indivíduo. As pessoas que constroem esses espaços são extremamente valorosas e contribuem de modo significativo e importante para o meio social.

mais do que apenas a consideração de realidades distantes de um centro, essas condições também se referem a moradoras e moradores impedidos de acessar ou de usufruir plenamente esses espaços centrais, por várias lógicas segregadoras, entre as quais sobressaem a de estigmatização e criminalização da pobreza, que reforçam um sentimento de não pertença à cidade. [...] A cidade se evidencia, então, como um espaço fundamental para o poder. É onde se operam e se maximizam as opressões, as violências, as distinções e os controles sociorraciais, com reiterados processos de vulnerabilização e instabilização das condições de vida da maior parte das moradoras e moradores (Fernandes, et al.,2021, p.220).

O território é vivo e está em constante mudança, percebemos quão diferente a realidade das periferias se encontra quando analisamos que há cerca de vinte anos atrás o poder das facções dentro dos territórios ainda não era tão expressivo, o acesso a drogas ilícitas ainda era mais dificultado e que as causas de homicídios poderiam até ser as mesmas que hoje mas não tão exacerbadas.

Esses espaços são marcados por uma lógica inversamente proporcional onde o espaço físico é pequeno mas a concentração de indivíduos é grande sendo majoritariamente dominadas pelo tráfico de drogas, pelas milícias e pela expressão das injustiças sociais. Todo esse contexto traz às periferias um território de exceção, da onda negra, das políticas de segurança do estado associado ao diálogo ideológico de guerra às drogas (Oliveira, 2021).

A partir daqui retratamos as realidades trazidas através dos relatos das participantes do estudo. Todo o contexto vivenciado cotidianamente faz parte do desafio concreto de muitas Meninas, não apenas cearenses, mas de diversas comunidades do Brasil e do mundo.

Com base nas entrevistas realizadas neste estudo foi possível inferir padrões comuns entre essas Meninas, percebendo assim, um perfil já antes traçado nos mais diversos estudos, mas ainda não ressaltado com tanta força o medo que assola a vida delas.

Sentir nas falas a realidade perigosa, assombrada pelo medo e pela insegurança nos trouxe diversas emoções ao longo das entrevistas, carregando significados muito maiores do que era possível imaginar e ampliando a visão por trás das inúmeras tabelas e números que os homicídios produzem.

“Eu tenho medo, tipo assim, de sair agora aqui, lá na casa da minha mãe, e passar, não sei, com qualquer pessoa, e atirar, e matar, entendeu? Eu tenho medo de morrer” (Girassol).

“É uma coisa muito triste, porque eu tenho a minha mãe lá (Barra do Ceará), certo que ela não está mais lá, porque a casa dela ficou lá, mas ela mora em outro canto, mas ela não pode ter contato comigo, porque é um caso assim que ele (traficante) chega, pede celular pra olhar [...] a gente tem que dar, se a gente não der porque a gente está escondendo coisa. Isso é muito chato” (Orquidea).

“Ai, meu Deus do céu, morro de medo de me pegar, porque eu não tenho um só irmão envolvido, eu tenho um outro irmão, mas que tá preso, eu tenho várias pessoas da minha família que estão envolvidas, entendeu? E o meu medo é de o quê? De eles virem atrás, dessas pessoas da minha família que estão envolvidas, e não achar eles e matar nós, entendeu? Ou eu, ou meu pai, ou minha mãe, ou minha irmã, entendeu?” (Girassol).

“Em tudo. Eu não saio de casa mais não. Depois do B. de jeito nenhum. E... e... mudamos de casa, a tia sabe. A gente fica marcada sem dever, é assim. Marcada. Minha mãe também” (Primavera).

Em Fortaleza o número de homicídios por disputa de poder real e simbólico entre facções, mortes encomendadas e ataques inesperados segue em um exponencial crescente e isso foi um fator de dificuldade para ir em busca de mais Meninas que pudessem contribuir com o estudo.

“Nas últimas semanas, a imprensa noticiou tiroteios sangrentos. Duas irmãs influenciadoras, identificadas como Bianca, de 15 anos, e Maria Beatriz, de 20, foram assassinadas na Barra do Ceará. As vítimas, que juntas acumulavam mais de um milhão de seguidores nas redes sociais, foram atacadas por homens em uma moto aquática [...] Na última terça-feira (6/5), quatro homens foram brutalmente assassinados enquanto jogavam bola em um campo society localizado na Rua Tambaú, no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza (CE). A chacina foi atribuída a integrantes da facção Comando Vermelho (CV), que teriam invadido o local disfarçados de policiais civis.” (Guedes, 2025)

A cada dia mais se torna comum nos noticiários manchetes que ressaltam a violência na capital cearense

“Guerra de facções gera homicídios e expulsão de moradores no Vicente Pinzón. Entre 10 de março e 5 de abril, sete homicídios foram registrados no Vicente Pinzón. Onda de violência está ligada ao rompimento de criminosos com a facção GDE” (Barbosa, 2025)

Devido todas essas questões territoriais em muitos momentos foram necessários realizar as entrevistas online via *Google Meet* devido a periculosidade do território, o que poderia colocar em risco tanto as entrevistadas quanto a pesquisadora.

Foram elegíveis as entrevistas 13 Meninas onde dessas, 6 foram excluídas devido manifestarem medo de participar da pesquisa, causado por eventos violentos na comunidade durante o período de realização das entrevistas. Desse modo 7 Meninas foram entrevistadas e todas elas foram identificadas a partir do nome de uma flor devido sobreviver em condições de adversidades e mesmo assim continuar bonita e importante ao seu meio.

A seguir será apresentada uma tabela com as principais características das entrevistadas.

**Tabela 1: Perfil socioeconômico de Meninas entrevistadas**

| <b>Nome</b> | <b>Idade</b> | <b>Raça</b> | <b>Escolaridade</b>           | <b>Trabalho</b>       | <b>Bairro</b>  | <b>Filhos</b> | <b>Já foi vítima de algum tipo de violência ? Qual(is)</b> |
|-------------|--------------|-------------|-------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|------------------------------------------------------------|
| Girassol    | 20           | Parda       | Ensino Fundamental Incompleto | Desempregada          | Barra do Ceará | 0             | Sim. Psicológica, física e verbal.                         |
| Orquídea    | 25           | Parda       | Ensino Médio Completo         | Desempregada          | Parque Leblon  | 2             | Sim. Psicológica e verbal                                  |
| Primavera   | 22           | Parda       | Ensino Médio Completo         | -                     | Barra do Ceará | 1             | Sim, porém não quis falar sobre o assunto                  |
| Lavanda     | 23           | Parda       | Ensino médio Completo         | Recepcionista         | Barra do Ceará | 1             | Sim. Física e psicológica                                  |
| Verbena     | 18           | Parda       | Ensino Fundamental Incompleto | -                     | Barra do Ceará | 2             | Sim.                                                       |
| Lírio       | 15           | Parda       | Ensino Fundamental Incompleto | -                     | Parque Leblon  | 1             | Sim.                                                       |
| Rosa        | 19           | Negra       | Ensino Médio Completo         | Técnica em Enfermagem | Barra do Ceará | 0             | Não, mas já presenciou homicídio                           |

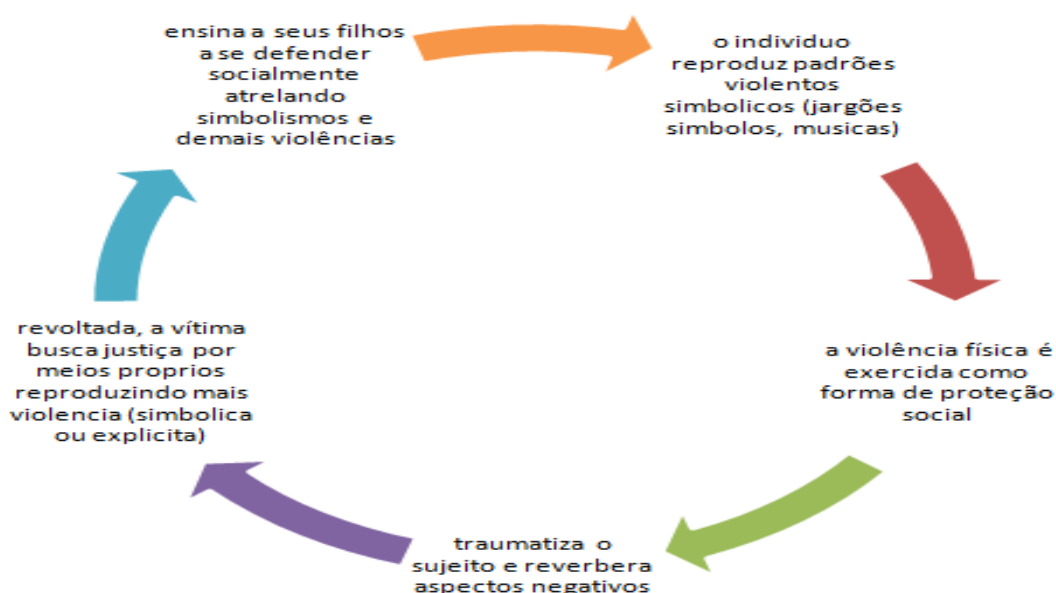
Fonte: autoria própria

A partir da tabela acima percebemos que a maioria das Meninas que aceitaram participar e permaneceram no estudo são maiores de idade, pardas e já

sofreram algum tipo de violência. Em relação a escolaridade nenhuma possui ensino superior e duas delas (40%) não concluíram o ensino fundamental. Em relação ao trabalho/renda, apenas uma possui trabalho formal, duas estão desempregadas e outras duas preferiram não informar. Apenas uma das Meninas não reside na Barra do Ceará e também apenas uma das meninas não possui filhos.

Com as entrevistas foram percebidos discursos com sentidos recorrentes, que produzem reflexões acerca da violência uma vez que nem sempre são compreendidas como tal pelas entrevistadas. Desse modo foi possível construir categorias de análise para melhor dissertar acerca das entrevistas.

**Figura 2: Ciclo da violência na sociedade**



Fonte: autoria própria

## 5.2 Violência explícita versus violência simbólica

A violência explícita é aquela vista e perpetuada na sociedade, mas que não deve ser normalizada, sendo estas as agressões verbais, físicas, psicológicas,

dentre as mais diversas outras nas quais se tem consciência que sofre. Elas são perpetuadas pela sociedade e pelos agentes do Estado diariamente, sendo possível identificar agressor, vítima e agressão cometida porque estão explícitas.

Contudo, existe um tipo de violência que é enraizada na sociedade, reproduzindo padrões através de linguagens e sistemas simbólicos. Esta por sua vez não é visível, chegando até a nem ser reconhecida como violência, havendo dificuldade de identificar o agressor.

Fazem parte desse universo as atitudes machistas, a misoginia, os atos racistas e homofóbicos, a imposição de um modelo de vida dentre diversas outras manifestações (Zizek, 2014).

[...] os destinos de camadas inteiras da população e por vezes até mesmo dos países podem ser decididos pela dança especulativa “solipsista” do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais Movimentos afetarão a realidade social (Zizek, 2014, p. 25).

A violência simbólica quando é internalizada traz consigo um perfil sadomasoquista do oprimido, tornando o indivíduo “anestesiado” ao sofrimento, seja dele mesmo ou do outro. Isso se transforma em uma agressão sutil e velada o que leva a devastação da subjetividade e induz o sujeito a se achar incapaz de realizar atividades nas quais deseja (Caniato; Cesnik; Rodrigues, 2012; Silveira, 2022).

“a violência simbólica é melhor aceita socialmente do que a violência ostensiva realizada pela força das armas. As formas de repressão política via ideologias, entretanto, têm um grande poder de penetração na sociedade porque atingem toda a estrutura da sociedade e promovem o controle social por meio da homogeneização que produzem” (Guinsberg, 1991, p. 26).

Ainda em uma caracterização da violência simbólica, Bourdieu, 1996, p.16, enfatiza e traz a sua percepção acerca da temática, sendo esta “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”. O autor afirma em outra obra que “o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica” (p. 15) e ele integra uma lógica moral do mundo social (Bourdieu, 2012). Reiterando tais ideias é que Fraga, 2011, p.27 nos afirma que “Ao longo das últimas décadas, a polícia é a principal perpetradora de crimes contra a vida, podendo ser considerada uma máquina de extermínio”.

“Los dominantes siempre tienen tendencia a sobreestimar las conquistas de los dominados, y a atribuirse a ellos el mérito, incluso cuando les han sido

arrancados. En la actualidad, el neomachismo sobreestima las transformaciones de la condición femenina y subestima las permanencias; [...]” (Bourdieu, 2012, p.1).

Dentro do contexto de territórios de conflito e vulnerabilidade ainda há mais um agravante além do Estado - as facções. Elas que também impõe suas regras e simbolismos, utilizam da força bruta para “corrigir” os moradores daquela comunidade além de proibir a reprodução de símbolos ditos de grupos rivais, como números que as caracterizam ou gestos com dedos (Dyna, 2025).

Os confrontos armados entre facções e polícia dentro dos territórios é uma violência explícita com toda uma simbologia anterior agregada onde gera trauma no indivíduo não só pelo cognitivo, mas, pelas consequências futuras que serão sofridas.

“Minhas filhas eram tão traumatizada com medo, que qualquer zoadinha assim em cima das telhas, minhas filhas já diziam assim ‘ó mamãe, tem alguém entrando’. Eu tenho uma filha de seis anos, uma grande. ‘Mamãe tá entrando, vamos sair daqui, vamos lá pra tua amiga dormir lá? Eu disse ‘não mamãe, a gente tem que dormir aqui.’ Ela ‘não mamãe, mas eu tô com medo’ e eu disse ‘vai passar minha filha.’ Eu já passei noites em claro. Por causa daquele medo, “aí alguém vai entrar aqui, alguém vai fazer alguma coisa comigo com as minhas filhas”. Isso tudo pra mim é um trauma, eu não quero voltar pra lá (Barra do Ceará) nunca mais” (Orquídea).

### **5.3 Vulnerabilidade: o medo relacionado à percepção de desproteção**

A proteção é a ação de oferecer ajuda a alguém mais frágil permeando os mais diversos cenários. Seja ela estatal, familiar ou escolar a proteção social deveria permear a vida de todo ser humano, mas em especial aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade, onde se faz necessário um olhar mais atento.

O Brasil tem sua base numa construção histórica violenta, onde direitos e questões étnico raciais sempre são associados a branquitude e soberania branca.

Em meados de 1500 isso se espelhou na escravidão, na posse das terras ditas descobertas - enquanto havia povos originários aqui habitando - e em quem tinha direito a tratamento de doença adequado.

A escravidão no Brasil, abolida oficialmente em 1888, deixou marcas profundas que ainda estruturam as desigualdades sociais no país. O legado escravocrata perpetua-se na exclusão de grande parte da população negra dos direitos básicos, como acesso digno à educação, saúde, emprego e moradia. As políticas sociais implementadas ao longo dos anos, embora tenham gerado alguns avanços, mostram-se frequentemente ineficientes, fragmentadas e descontinuidas.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), a maioria dos programas sociais não consegue alcançar de forma efetiva a população mais vulnerável, reforçando os ciclos de pobreza e exclusão.

Essa realidade se reflete nos altos índices de violência que atingem preferencialmente jovens negros e moradores de periferias urbanas. Segundo o Atlas da Violência de 2024, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o IPEA, mais de 75% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, e a maioria tem entre 15 e 29 anos. A realidade é brutal: os jovens não apenas morrem, mas têm sua existência ameaçada muito antes do fim biológico. A infância e a adolescência, períodos em que o indivíduo deveria estar protegido, desenvolvendo sua identidade e perspectivas de futuro, são frequentemente atravessados por traumas, ausências e violências.

Associado a isso ainda se enfrenta a dificuldade do acesso dessas pessoas aos demais espaços da cidade não como trabalhadores mas como espaço de lazer, principalmente os “nobres”, devido às contenções sociais proporcionadas por blitzes policiais que fiscalizam ônibus e pessoas que vem desses espaços para essas áreas de mais poder econômico, quanto a diminuição da frota de transporte público em direção a essas áreas, principalmente aos fins de semana (Agamben, 2004; Haesbaert, 2014; Oliveira, 2020, Oliveira 2021). A atuação policial, marcada pelo racismo estrutural, também contribui para esse cenário, com práticas de abordagem seletiva e uso excessivo da força.

Assim se desenha o retrato de uma sociedade onde existem Políticas Públicas, mas essas não são necessariamente eficazes para a parcela populacional a que deveria servir. Isso se dá pelo fato de não serem pensadas visualizando o contexto de inserção, busca e acesso das pessoas a quem deveria ser direcionado o cuidado, além de não serem atualizadas conforme as mudanças do ambiente.

É importante pensar e visualizar o território periférico como algo dinâmico. Neste, diversos sujeitos ocupam aquele espaço dentro de um contexto de vida onde suas oportunidades podem ou são diminuídas devido diversos fatores, mas seguem resistindo e construindo o cotidiano.

Esses territórios são, portanto, uma afirmação de existências plurais nas relações com a sociedade hegemônica e suas contradições. Neles estão sobrepostas urbanizações precárias ou privatizantes, conduzidas pelo estado e pelo capital, mas também uma incessante produção comunitária de infraestruturas, bens, serviços, valores, sociabilidades, imaginários, por meio

de ações individuais e coletivas que constituem processos variados de conformação e sedimentação de espaços de vida (Fernandes, et al., 2021, p. 225).

Esse quadro evidencia a urgência de Políticas Públicas integradas e voltadas para a equidade racial e territorial, como forma de reparar danos históricos e garantir a cidadania plena para todos os brasileiros.

Hoje, esse processo histórico, se traduz em diversas áreas, onde vem aumentando exponencialmente e sendo reafirmadas por uma política de governo cruel que entre os anos 2019 e 2022, cenário de pandemia de COVID-19, houve uma promoção e defesa da liberação do porte de armas para a sociedade numa contrapartida de desmonte de políticas sociais. Desse modo, o racismo e a violência associados com outros marcadores sociais como gênero, sexualidade e territorialidade são raízes geradoras dos números exponenciais que transpõe a juventude negra (Silva; Anunciação; Trad, 2024).

A raiz punitiva e desigual do conservadorismo está impregnada na sociedade de tal modo a querer manter privilégios na tentativa incessante de enfraquecer as políticas de inclusão social da camada mais pobre da população (Gallego, 2016).

Corroborando com o autor supracitado Timóteo (2021) nos ressalta que essa proteção advinda do Estado não transmite uma real sensação de segurança aos moradores de periferia e a autoridade que se deu a policiais e militares a entrarem nas periferias agindo de modo violento e sem respeito a comunidade tem deixados sequelas nas famílias que moram ali. Sequelas essas que formam numerosas taxas de homicídios devido às violentas operações policiais.

Na verdade, a ação policial está fundamentada em uma dimensão coercitiva onde os moradores das favelas, por serem vistos como inimigos pela camada social mais alta, acabam sendo o alvo das operações pela segurança pública marcando indubitavelmente os reflexos de uma supremacia branca.

“Eu tenho medo, eu tenho medo, não vou mentir, porque quando eles (polícia) ficam aqui, você vê, eles querem bater umas pessoas, eles querem dar chute, porque até mim aqui na minha casa já haviam duas vezes a polícia. Por causa que aqui embaixo morava gente de conflito, vendia droga, entendeu? [...] Tipo assim, eu moro aqui, bem aqui tem uma cabine (da polícia). Pode acontecer alguma coisa muito grave e tu acha que eles vão chegar e vão acabar? Não. Ele faz o quê? Ele entra, fecha a porta do carro e vai embora, entendeu? E a gente que é morador fica como?” (Girassol).

É cercado pelo medo e por uma estrutura de extermínio preto que Fraga (2011, p.57) nos afirma que “há uma banalização do extermínio de jovens pobres em supostos confrontos com a polícia. Tudo isso é acompanhado de aplausos de uma classe média acuada pelo medo, que deseja a “limpeza” da cidade, mesmo que isso não garanta direitos iguais a todos”.

Assim, a sociedade é moldada em uma ideia onde os moradores de periferias são sempre pessoas em que se deve suspeitar, logo são “matáveis” e não geram comoção social pois o Estado não se desenha como um assassino. Isso vem a expressar a morte de milhares de jovens negros, que são os principais moradores desses espaços.

“Ai agente fica com medo de matarem meu pai e o C.. Teve as bala do B.. A gente fica com muito medo. O E. não tá envolvido, Mas a tia sabe, pode ser também. O bichinho não faz mal pra ninguém” (Lavanda).

“[presenciou homicídio] chorei e fiquei com o coração apertado e com muito medo. Todo dia sonhei. Ai acordo com medo, com medo de entrarem na minha casa” (Lírio).

Vemos assim uma sociedade marcada pelo medo de falar onde mora, de pertencer a espaços, de construir relações pessoais, dos julgamentos pelas vestimentas ou gosto musical, pela cor da pele, de ser confundida pela polícia e de tantos outros medos. Porém é imprescindível saber que tais medos estão perpetrados em uma sociedade específica: a negra e periférica que sofre cotidianamente com os assombros do estereótipo marginalizado.

[...] evidencia-se, conforme o relato, um contraste entre a percepção do aconchego nos espaços internos da comunidade e a discriminação e marginalização vivenciadas fora dos limites da periferia. Nesse caso, a sensação de proteção está associada à comunidade, enquanto o perigo vem de fora e está fora desta, inclusive, e sobretudo, perpetrada pelos/as agentes de segurança pública, representantes do próprio Estado (Silva; Anunciação; Trad, 2024, p. 5 e 6).

Nas periferias brasileiras, a presença da polícia muitas vezes representa medo em vez de segurança, revelando um paradoxo inquietante: a instituição encarregada de proteger os cidadãos é também uma das principais fontes de violência nesses territórios. Essa contradição se manifesta principalmente nas abordagens policiais marcadas pelo racismo estrutural e pela lógica do confronto, que transformam jovens negros e pobres em alvos preferenciais da repressão estatal. Letras de músicas retratam esse medo, como podemos perceber nesse trecho:

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer  
 Com tanta violência eu sinto medo de viver  
 Pois moro na favela e sou muito desrespeitado  
 A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado  
 Eu faço uma oração para uma santa protetora  
 Mas sou interrompido à tiros de metralhadora  
 Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela  
 O pobre é humilhado, esculachado na favela  
 Já não aguento mais essa onda de violência  
 Só peço a autoridade um pouco mais de competência (Rap Da Felicidade -  
 Cidinho E Doca)

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), mais de 80% dos mortos em intervenções policiais em 2023 eram negros, e a maioria residia em áreas periféricas. Essa realidade evidencia uma atuação seletiva e discriminatória da força policial, que reforça estigmas sociais e agrava a sensação de insegurança. Em vez de promover a cidadania e a paz, a polícia, em muitos casos, aprofunda o sentimento de vulnerabilidade, especialmente entre aqueles historicamente marginalizados.

Sentimos isso nas falas das Meninas, que não se sentem protegidas pelo Estado, onde a polícia traz a sensação hostil de medo e indiferença sendo totalmente contraditório a sua real função e sentido profissional.

“Então, pra mim, eu não me sinto segura com a polícia. [...] Então eu acho e acredito também que as pessoas também, tem algumas pessoas que também não se sentem protegidas. Porque eu não me sinto, eu não me sinto” (Girassol).

“(...) até no ponto de uma amiga chegar pra mim e dizer assim: ó vão tentar entrar na tua casa. Aí, aquele medo me apavorou” (Orquídea).

Além da ação policial ainda temos o medo imposto pelas facções que dominam os territórios das periferias. Muitas vezes são eles que comandam e ditam as regras fazendo com que o sujeito fique submisso e sem escolha.

“Tenho medo porque, mesmo que eu não seja envolvida, mas eu tive irmão que já morreu, eu tenho família que é envolvida com essas coisas, com facção, não que eu seja, entendeu? Não é de mim. Mas que eu tenho família e vai que eles vêm atrás da minha família, vêm atrás de uma pessoa que eles querem e não acham, e vêm e pegam outra coisa, entendeu? E que ele não vê, ele vem no exemplo, vai e me atropela, morro de medo” (Girassol)

“Os meninos queria voltar a vir pra casa dia de quinta e não podem. Todos escondidos, se não morre igual ao J” (Lírio).

“E eu acho que a única coisa, assim, na minha vida, desses traumas toda da minha vida com as minhas filhas, aí tive que sair de onde eu morava (Barra do Ceará), estou morando em uma casa de aluguel em outro canto. Não posso ir pra lá. Minhas filhas não podem estudar lá, porque se eu for pra lá eu morro” (Orquídea).

Essa caracterização do território violento e conflituoso entre facções e polícia também é retratada pelas músicas, que evidenciam a tensa relação com o Estado dentro do território periférico.

“Morro do Dendê  
É ruim de invadir  
Nós com os Alemão  
Vamos se divertir  
Porque no Dendê  
Eu vou dizer como é que é  
Aqui não tem mole  
Nem prá DRE  
Pá subir aqui no morro  
Até a B.O.P.E. treme  
Não tem mole pro exército  
Civil, nem prá PM  
Eu dou o maior conceito  
Para os amigos meus  
Mas morro do Dendê  
Também é terra de Deus  
Fé em Deus!

DJ, Vamo lá!...[...]” (Rap Das Armas - Tropa De Elite)

É a partir desses relatos e de uma consciência adquirida acerca da violência sofrida no cotidiano das comunidades que se percebeu a necessidade de trazer uma reflexão crítica acerca de como essa violência chega até os principais atores e sujeitos que a sofrem. Vai muito além da falta de sensação de segurança, inicia-se em uma matriz estrutural de violência simbólica na qual não é percebida, apenas reproduzida e aceita.

Essa violência se traduz no dia a dia com os homicídios vivenciados por essas Meninas. A explicitação da violência sendo caracterizada da forma mais brutal possível diante dos olhos de adolescentes que, por vezes, não tem suporte emocional algum para enfrentar o luto e identificar aquela fase da vida como tal. É necessário mostrar as sensações de revolta, medo e desproteção que esses atos se traduzem.

“Meu irmão que morreu de bala. Nesse dia eu tava lá na rua, a gente tava brincando, eu e minha irmã e meu outro irmão. Foi quando chegou dois caras e matou ele, meu irmão. Entendeu? E matou vendo a gente, olhando pra nós e continuou matando ele. Também presenciei da minha ex-cunhada mas não vou entrar em detalhes” (Girassol).

“Então isso, eu acho que essas matanças, essas coisas ruins que tá acontecendo no mundo, E você já presenciar, amiga, sua morrer de bala é uma coisa muito triste” (Orquídea).

“Quando mataram o G. (irmão de 15 anos), foi muito ruim. A K. gritava, ela é doida. Meu pai tava foragido e só chorava. Não lembro se a vó era viva. Teve as bala no B. (tio), ele ficou morre não morre” (Lavanda).

“Sim, já presenciei vários, infelizmente. Mas o que me marcou foi de um amigo que eu tinha como um irmão, ele não era envolvido, só estava no local errado, na hora errada. E aqui, só isso basta. Foi uma dor horrível e eu não gosto nem de pensar. Mas quando lembro me vem na cabeça as mesmas perguntas eu que fiz quando eu vi ele no chão, o por que que fizeram isso com ele... por que existe tanta maldade no mundo...” (Verbena)

“Eu não tava quando mataram meu pai. Na rua já vi. Aqui na rua acontece direto. (choro ao lembrar do homicídio do pai)” (Rosa).

São diversas nuances dentro de um contexto social heterogêneo: o cotidiano da favela. Lugar onde não é apenas o bandido que mata o bandido, ou que mata o inocente, mas o próprio Estado acaba cometendo tais atos no meio de suas ações. Reverbera marcas no percurso de vida dessas Meninas, perpetua desproteção, traz significados obscuros e o medo do viver pós evento.

Enfim, a violência policial e estatal nas favelas brasileiras evidencia a manutenção de um modelo de segurança pública centrado no confronto e na repressão, frequentemente direcionado contra os territórios periféricos e racializados. A polícia, enquanto instituição, tem atuado como braço armado do Estado em uma lógica que naturaliza a exceção nas favelas, tratando seus moradores como inimigos internos (Mbembe, 2018). Essa atuação seletiva e militarizada não apenas intensifica o medo cotidiano entre os moradores, mas compromete a dignidade e o direito à vida de milhares de jovens negros e pobres, que se tornam alvos preferenciais das operações policiais. A presença ostensiva da força estatal nessas regiões, ao invés de promover segurança, reforça desigualdades históricas e alimenta um ciclo de violência institucionalizada (Cano, 2021).

A dificuldade de acesso ao espaço de vivência das Meninas foi crucial para evidenciarmos na prática como a violência está expressa no cotidiano e como a polícia já não consegue mais ter o total controle da situação. Estamos fadados a perpetuar culturas violentas pela falta de oportunidade e de meios que quebram esse ciclo.

As estratégias de segurança pública baseadas na guerra às drogas e na militarização do espaço urbano têm se mostrado ineficazes para garantir proteção cidadã. Pelo contrário, tais políticas aprofundam a marginalização de comunidades inteiras e contribuem para a perpetuação do genocídio da juventude negra (ALVES, 2018). Ao se questionar o papel da polícia como garantidora da ordem, torna-se evidente a urgência de uma reforma estrutural que priorize o cuidado, os direitos humanos e o investimento em políticas sociais. A superação da lógica punitiva é fundamental para a construção de uma segurança pública verdadeiramente

democrática, que reconheça os moradores das favelas como sujeitos de direitos e não como ameaças a serem eliminadas.

Desse modo, é necessário entender como as Políticas Públicas impactam na vida dessas Meninas e se estão chegando até essa parcela da população.

#### **5.4 Significado das políticas públicas na realidade das meninas do Ceará**

A divisão de responsabilidades na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas vem desde a Constituição Federal, em 1988, quando os municípios passam a ser colocados como entes federados, mas apenas em 1990 é realmente definido seu papel como gestor e implementador dessas políticas.

Quando tratamos dessa temática é visível o quanto buscam atender mais os pressupostos e necessidades políticas do que mesmo as sociais. Quase nunca o ponto de partida é a necessidade do meio para alcançar um objetivo benéfico às pessoas que vão usufruir daquilo, mas de uma ideia política na qual não levou em consideração uma participação social para construção de uma política efetiva e equitativa. Assim, quando se foca na necessidade trazida pela sociedade se traz um desafio ao Estado não só na formulação de Políticas Públicas, mas na implementação e avaliação das mesmas (Lima; D'ascenzi, 2019).

“Focamos no desenvolvimento porque ele aparece como uma questão central nas sociedades, surgindo em diferentes debates públicos sempre vinculado às necessidades, demandas e desejos do cotidiano dos cidadãos. Normalmente ganha conotação positiva, relacionado ao progresso, ao bem-estar, à felicidade... No centro dessas conexões está o entendimento de que as pessoas podem e devem levar uma vida melhor. Nesse sentido, o desenvolvimento é percebido como uma mudança social desejada. Entretanto, uma definição de impacto como essa, que pretende abarcar múltiplas dimensão da sociabilidade, desafia as estruturas organizacionais tradicionais do Estado, pois borra as fronteiras setoriais e federativas. Assim sendo, cabe uma nota sobre o nosso entendimento da relação entre objetivos setoriais de políticas públicas e efeitos desconcentrados. Cada setor de políticas públicas busca alcançar objetivos específicos (setoriais) concentrados em suas áreas; desse modo, com baixa capacidade de promover mudanças sinérgicas, como o desenvolvimento” (Lima; D'ascenzi, 2019, p.138).

Se levarmos em consideração uma ideia de que a mudança social é a força motriz da criação das Políticas Públicas podemos caracterizar como uma ambição de se transformar uma realidade social percebido pelos empreendedores como algo

desvantajoso tornando assim uma mudança social gerenciada, algo de puro egoísmo (D'ascenzi; Lima, 2016/2017).

Ao analisar os impactos das Políticas Públicas no cotidiano das Meninas do Ceará foram percebidos alguns avanços, mas também desafios persistentes e descrença por parte delas a quase tudo que se relaciona ao poder do Estado.

A implementação de programas inovadores que visam garantir direitos, promover a autonomia e combater a violência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social foram criados, entretanto é necessário um olhar crítico para identificar lacunas e aprimorar as ações existentes.

Dentre essas, os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAS), integrados à Rede Cuca de Fortaleza, representam uma das Políticas Públicas mais promissoras para promover inclusão, protagonismo e oportunidades junto às juventudes periféricas. Localizados estrategicamente em territórios de alta vulnerabilidade social — como Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu, José Walter e Pici.

Essas ações, protagonizadas pela Política Pública da Prefeitura de Fortaleza, têm impacto positivo na redução de riscos sociais e na qualidade de vida de jovens da periferia. Estudos realizados pela UFC apontam que o diálogo, as atividades socioeducativas e culturais nos CUCAS promovem mudança de comportamentos e perspectivas entre os participantes (Silva, 2016).

“Tia, o CUCA é da prefeitura? A gente pode fazer muitos cursos lá. Fiz o de artesanato e informática. A gente usa a biblioteca e a internet. Só não tá dando para ir agora. Tá perigoso no CUCA também” (Girassol).

É com base nessa existência de ação e de público a se implementar o que foi idealizado que necessitamos entender o que realmente é uma Política Pública e de onde parte a criação de uma.

A idealização dessas ações por meio do governo reflete seu posicionamento ou que se pode esperar dele englobando dentro dessas ações não apenas o viés orçamentário e de planejamento, mas também sendo considerado movimentos de protestos e os mais diversos argumentos acerca de direitos e valores. É necessário compreender que as Políticas Públicas partem de um princípio geral e são formadoras de ações específicas (na lógica epistemológica dentro de uma hierarquia implícita) mas se faz necessária a compreensão de que esse caminho também pode ser inverso (Spink; Burgos, 2019).

O contraste de olhares a partir do prefeito, de um ministro ou até mesmo de uma equipe de assessoria que visualizam a centralização é totalmente diferente do cidadão, daquele que vivencia o ambiente, que é parte de um lar e está inserido em uma sociedade mista. O primeiro está focado na implementação da Política Pública, com a coerência das atividades a serem desenvolvidas e como isso se traduz numa agenda de ações. Já o cidadão quer saber como acessar essa Política Pública, qual caminho percorrer para acessar aquele direito que lhes é concedido. Quando ambos os lados se conectam se tem uma efetiva leitura do geral, porém nem sempre a realidade é essa, ainda há muitos desencontros. Talvez isso possa ser ajustado de uma forma ou outra ao longo dos anos e das experiências de acesso e melhorias, mas nem sempre possível (Friend, 1977, Friedmann, 1992).

“Eu acho que a justiça eles demoram demais. Eu acho que pode sim (intervir), mas é porque, como eu te falei, a pessoa fica com medo, não vai atrás e aí depois é que vai atras da justiça e eu acho que demora mais” (Girassol).

Um grande estudo, que vem sendo implementado desde 2013, mostra como a falta de conectividade entre ações do Estado e necessidade da população trazem aspectos que refletem em uma vulnerabilidade de níveis inimagináveis, onde apenas conhecendo a realidade se tem noção da dimensão e da diversidade dos problemas.

A Estação de Pesquisa Urbana M’Boi passou a ser financiada pela Fundação Getúlio Vargas em 2016 e, posteriormente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e os estudos desenvolvidos tanto por pesquisadores da fundação como pesquisadores parceiros e investiga quatro eixos, sendo estes: conectividade territorial, economia da cultura, agricultura urbana e microfinanças. A partir dessa pesquisa muitos estudos vêm se desenvolvendo continuamente e mostrando como a falta de conectividade interfere na execução daquilo que foi planejado.

“Se os serviços de saúde não conectam com a educação, ou a educação aos serviços sociais, ou com outra multiplicidade de conexões que são necessárias para lidar com assuntos difíceis e cotidianos, há um limite àquilo que as pessoas conseguem resolver sozinhas. [...] O Estado, em outras palavras, não é apenas uma série de serviços, mas uma presença conectiva que vem de possibilidades de trabalhar junto em uma maneira que apoia e dá suporte à complexidade do dia a dia” (Spink; Burgos, 2019, p.118).

A lógica produtiva em que de uma regra geral pode se extrair soluções específicas e que tais soluções podem ser aplicadas em todas as situações parecidas

nos faz deixar de enxergar que existem problemas sociais que fogem de qualquer regra já vista e que não existe apenas uma resolução mas múltiplos olhares e tentativas de se adaptar as necessidades (Spink; Burgos, 2019).

Nem sempre se é feito aquilo dentro dos parâmetros desejados e muitas vezes “fazer algo” numa tentativa de ajudar é o melhor que se pode fazer porque sempre se está vinculado a uma ideia das possibilidades que aquele local te oferece onde não se produz novas ações, mas se fortalece as já existentes (Spink; Burgos, 2019).

Nesse contexto explicativo de existência de Políticas Públicas e aplicação real ao meio social que podemos citar uma importante ação governamental que é implementada, o Bolsa Família, que traz consigo um grande estigma social, uma caracterização do sujeito que usufrui do benefício onde a sociedade o julga e desqualifica moralmente.

Assim temos dois lados da moeda onde um mostra que as Políticas Públicas assistenciais têm o papel de promover a interação social do indivíduos na sociedade, já o outro revela que essas mesmas políticas contribuem para a criação de um estigma social que infere diretamente na construção de identidade desses grupos (Paugam, 2003).

De um modo genérico temos como Política Pública voltada para a temática de violência, tráfico de drogas e facções criminosas o Programa de Proteção a Pessoas Ameaçadas onde nele constitui o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte. Este visa preservar a vida dessas pessoas por meio de medida protetiva, porém, o acesso a tal programa deve ser solicitado por meio de formulário e há um fluxo a ser respeitado onde a solicitação deve partir das portas de entrada de acesso ao serviço sendo estas Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário. Ademais é necessário que todos os outros meios de proteção do jovem dentro do território tenham se esgotado e que se esteja em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2007; Ceará, 2013; Brasil, 2018).

“Ela foi decretada, não sei o que ela fez, mas foi .  
Ai não pode andar por aqui. Na escola também não pode.” (Lavanda)

Na linguagem informal de grupos ligados ao tráfico de drogas, principalmente no Brasil, “ser decretada” ou “estar decretada” significa que uma pessoa foi marcada para morrer — ou seja, recebeu um “decreto de morte” do

comando criminoso. A expressão "decretada" funciona como uma sentença, vinda de cima (da liderança do tráfico), e geralmente é incontestável no contexto dessas organizações (Silva, 2017).

Percebe-se quão frágil é tal política de proteção uma vez que é excludente dentro da própria minoria. Jovens que vivem nas comunidades já estão, por si, em situação de vulnerabilidade, expostos e submersos dentro de uma realidade dura que gera medo do real poder do Estado.

Não há um pensamento de como facilitar o acesso da população a essa Política Pública, existe uma burocracia e, muitas vezes, uma falta de conhecimento da sociedade a respeito de tal ação, que faz com que as pessoas não busquem ou até mesmo desistam no meio do processo.

“Amenizando, né, mais, porque eu acho que acabar, acabar eles não acabam, né (com as facções), porque eu acho que isso só Deus mesmo, mas eu acho que ajudar a prevenir, assim, eles virem e não ter mais tiroteio, assim, de ajudar as pessoas, porque eu acho assim. Aqui eu não vejo não (polícia nas ruas). Porque antigamente tinha o Ceará Pacífico, né? Mas hoje em dia você não vê esse tipo de atuação” (Orquídea).

“(...) só que eu acho que essa intervenção que o estado e a polícia faz é muito pouco. Por que nunca eles estão lá.. creio eu que dando mais atenção pra periferia, tendo mais patrulhamento, não teria tanta morte” (Verbena).

“(a polícia deveria agir) Primeiro sabendo que nem todos da comunidade são bandidos. Se fossem para a escola para as crianças voltarem pra casa depois da aula sem perigo. Tem como saber dos decretamentos nas redes, todo mundo sabe” (Rosa).

Por trazer percepções tão complexas e, ao mesmo tempo, tão unânimes é que infere-se a dificuldade de acesso dessas jovens às Políticas Públicas de proteção uma vez que inseridas dentro de um território violento não se sentem protegidas nem pela figura de quem cuida da preservação de ordem - a polícia.

Nessa perspectiva é interessante visualizar como é importante não só existir uma Política Pública, mas que seja possível efetivá-la dentro do território, onde há um espaço real de produção desse cuidado.

As oportunidades devem ir muito além daquelas ofertadas pelos CUCAs, uma vez que lá também há um quantitativo de vagas para atender a população, existe um limite de atuação. Projetos sociais como o Aqui tem Sinal de Vida já não conseguem mais trazer suficiência para a necessidade das crianças e adolescentes que o buscam, pois não tem apoio do Estado ou Prefeitura para se manter, sobrevive da força de vontade de ajudar ao próximo.

Enfim, Política Pública não se faz apenas a partir do interesse do Estado, mas doravante de uma produção e necessidade do ambiente onde as diferenças de território possibilitem a execução das ações em diferentes nuances, produzindo diferentes resultados e que, nem sempre, são os esperados pelos seus idealizadores.

## 5.5 Sentidos e projetos de vida

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, analisa como os mecanismos de opressão são internalizados pelos próprios oprimidos, levando alguns a reproduzirem as práticas dos opressores na esperança de ascenderem socialmente. Essa lógica se evidencia quando ele aponta que o oprimido, ao absorver os valores do opressor, pode desejar apenas ocupar o seu lugar, e não superar o sistema opressor. Um exemplo histórico dessa dinâmica pode ser visto na figura dos capitães do mato durante o período da escravidão no Brasil. Esses indivíduos, geralmente negros ou mestiços, eram usados pelos senhores de escravos para caçar e capturar escravizados fugitivos, funcionando como instrumentos de repressão dentro da própria comunidade à qual pertenciam. Assim como os oprimidos de Freire, os capitães do mato acabavam colaborando com o sistema que os marginalizava, reproduzindo a violência da qual também eram vítimas.

A construção de sentidos e projetos de vida é um direito e uma necessidade de todos os indivíduos, especialmente na adolescência, fase marcada por transformações e descobertas. No entanto, quando esse processo se dá em contextos de exclusão social e violência, os projetos de vida tornam-se frágeis ou inviáveis.

No Brasil, o homicídio de adolescentes revela uma realidade alarmante: jovens, sobretudo negros e periféricos, têm seus sonhos destruídos antes mesmo de alcançarem a vida adulta (Unicef, 2011; Alvarenga; Parocino; Barbi, 2021; Moreira et Al., 2022). Nesse cenário, é necessário refletir sobre os sentidos da vida, sobre como os projetos juvenis se distorcem diante da opressão, e como, em alguns casos, o adolescente oprimido passa a ocupar o papel de opressor — uma inversão trágica que revela a falência coletiva de uma sociedade desigual.

Sentido de vida refere-se à percepção que o indivíduo tem sobre seu papel no mundo e sua relação com o futuro. Quando esse sentido é negado — por pobreza extrema, racismo, violência e ausência do Estado —, abre-se espaço para alternativas que frequentemente envolvem a criminalidade e a violência. A realidade brasileira

apresenta um padrão histórico de exclusão e opressão que afeta diretamente a juventude negra e periférica, privando-os de oportunidades e de um projeto de vida viável (Frankl, 2012; Martins, Fraga; Murilho, 2017).

O adolescente, vítima de múltiplas violências (doméstica, estatal, simbólica), pode desenvolver mecanismos de defesa que o conduzem à criminalidade como estratégia de sobrevivência. A violência, nesse cenário, deixa de ser uma ameaça e torna-se uma ferramenta de pertencimento, poder e visibilidade. A criminalidade oferece, ainda que de forma perversa, aquilo que a sociedade lhes negou: dinheiro, respeito e reconhecimento. Assim, o jovem oprimido pela estrutura passa a reproduzir a lógica opressora, tornando-se também opressor.

Segundo Freire (1970), a internalização do opressor pelo oprimido é um dos efeitos mais danosos da desumanização. O jovem que não teve sua identidade reconhecida em espaços formais encontra no crime um espaço onde sua existência.

Apesar do contexto adverso, muitos adolescentes constroem estratégias de resistência. Projetos sociais, movimentos culturais, iniciativas de juventude em comunidades de base têm possibilitado o resgate de projetos de vida alternativos à violência. O hip hop, o slam, as batalhas de rima, as oficinas de dança e os coletivos de mídia são formas de expressão que criam sentido e identidade.

É no território que muitos jovens reaprendem a sonhar. Em Fortaleza - CE temos os CUCAs que partem nessa premissa da educação e desenvolvem diversas atividades com os jovens das periferias. Na Barra do Ceará temos o Projeto Aqui Tem Sinal de Vida que traz também atividades e formação profissional informal para jovens que buscam alternativas e seguem sonhando com um futuro melhor e diferente.

É possível perceber o desejo de mudança e sonho dessas Meninas por meio de suas falas, onde gritam por esperança de dias melhores de uma forma tão singela que atravessa o sentido do existir. Em meio ao caos, submersas pelos seus traumas e enfrentando desafios diários elas seguem sonhando ávidamente.

Sentimos que o que se quer é oportunidade de uma vida melhor, que os sonhos permanecem vivos e esperam por dias melhores para se tornarem realidade. Os territórios que essas Meninas ocupam necessitam de uma maior atenção do Estado, dos profissionais de saúde que acompanham - ou deveriam acompanhar - a dinamicidade ali presente e juntos se criar oportunidades e estratégias de auxílio a uma melhor condição de vida.

“eu quero terminar meus estudos e fazer um curso de confeitaria, mas primeiro né, eu preciso ter coragem pra terminar meus estudos” (Girassol).

“Eu queria terminar o meu curso de enfermagem, pra mim, pra ser uma enfermeira. e dar uma vida melhor pras minhas filhas” (Orquídea).

“Nossa tia, criar o B., fazer faculdade. Vai demorar” (Primavera).

“Acordar e comer macarronada da masterelen rrsrs. Ai ter comida pras meninas, roupa de natal e ano” (Lavanda).

“Por agora o que eu quero pra mim é ter meu filho bem, ficar bem mentalmente e futuramente procurar um trabalho melhor para mim, por que assim eu consigo ir embora do bairro que eu moro” (Verbena).

“Fazer a faculdade de enfermagem, conhecer muitos lugares. Não ter medo quando escuta fogos e fica sem dormir. Já pensou em medo de ter medo” (Rosa).

A construção de um projeto de vida exige reconhecimento, oportunidades e Políticas Públicas integradas — educação de qualidade, saúde mental, cultura e assistência social. Essas ações não são apenas complementares, mas essenciais à construção de uma sociedade que reconheça o direito à vida como inegociável.

É importante identificar não apenas os projetos de vida dessas Meninas, mas também suas fortalezas diante de tantas adversidades.

“Ah, o que me deixou forte, tipo assim, é a minha companheira que mudou minha mente, entendeu? Não sei, ela que me dá forças pra seguir em frente [...] e a Tia (do Sinal de vida).”

“Eu acho que minhas filhas, porque eu tenho duas filhas, tenho uma que está com problema de autismo, e eu acho que eu tenho que ser forte assim, porque elas só têm a mim, né? Então, se eu tenho que me erguer para conseguir cuidar delas, tem a tia (do Sinal de vida) também que está sempre conversando comigo, sempre me apoiando e sempre indicando a gente fazer o que é certo. Desde o início a tia sempre teve a gente falando... quando ela criou o sinal de vida em cima do morro que era tudo melhor, mas para mim é minhas filhas.”

“O B. (criança) claro.” (Primavera)

“As meninas (filhas), Meu pai também, a Chica rrsrs” (Lavanda)

“Deus primeiramente, minha família. Poderia citar a polícia mas vejo que não estão fazendo um trabalho bom.” (Verbena)

“A fé, minha família, meu trabalho” (Rosa)

A partir das experiências de vida e das oportunidades que lhes aparece é que essas Meninas vão sobrevivendo em meio ao caos, tornando as adversidades uma força propulsora para seguir e buscando apoio seja por meio da fé, família, projetos sociais ou dos poucos pares que considera como rede de apoio.

É necessário trazer o retrato dessa realidade vivenciada cotidianamente por uma parcela da sociedade que se torna invisível, onde as Políticas Públicas que são feitas para elas muitas vezes não chegam até onde se era desejado por diversas dificuldades que não foram avaliadas na construção do caminho.

A efetivação do direito necessita ser garantida e avaliada para, assim, transformarmos a realidade não apenas delas, mas de todas que estão submersas nessa realidade.

São nas falas que traduzem o sonho delas onde percebemos que não é o dinheiro em si, mas a oportunidade de concluir os estudos para trabalhar e dar uma melhor vida aos seus familiares. Escutar tais relatos é doloroso, uma vez que sabemos que educação é um direito básico fundamental do cidadão mas que está sendo tomado por uma dura realidade, pela guerra do poder e apenas rotulando as pessoas como bandido ou cidadão apenas pelas suas vestes ou pelo lugar onde mora.

Precisamos construir fortalezas para essas Meninas, para que se sintam apoiadas a seguir em frente na realização de seus sonhos. Precisamos de oportunidades verdadeiras e não apenas ações caridosas sem sentido ou pontuais. Isso é gerar um sentido de vida, é trazer motivos para seguir em frente e mostrar que vale a pena seguir em frente mesmo com a dor de ter perdido quem amava de uma forma tão brutal.

Assim se desenha um futuro diferente, a partir da compreensão de como se desenha o território, a vida e o cotidiano do familiar que permaneceu no mesmo local onde seu ente querido teve os sonhos interrompidos. É essa visão diferente que buscamos trazer, evidenciar que ali existem sonhos, só faltam oportunidades.

Aqui trazemos mais um grande problema de Saúde Pública, aquele que se traduz como “bandido bom é bandido morto” dentro da fala de muitos, mas que não é pensado em quem fica, na família do “bandido”, na sua história de vida e nas oportunidades que esse teve durante a sua trajetória.

Muitas vezes não foi sua escolha, ele foi escolhido. Ele não era bandido, por vezes era “só mais um Silva que a estrela não brilha”, que estava no local errado, na hora errada e foi confundido sendo forçado a deixar para trás sua(s) Menina que passa a trazer como questionamento de vida “Existirmos: a que será que se destina?” ficando na “intacta retina” apenas a “cajuína cristalina em Teresina”.

## 6 CONCLUSÃO

A juventude negra e periférica enfrenta diariamente a negação de sua humanidade, junto disso a violência contra adolescentes, particularmente na forma de homicídios, não é um fenômeno isolado, mas parte de uma estrutura social que oprime e exclui revelando uma sociedade adoecida, incapaz de oferecer alternativas de vida dignas.

Romper com esse ciclo exige, antes de tudo, a escuta ativa e o compromisso ético com a juventude tornando essa fase da vida dentro de um contexto social de vulnerabilidade, não um fator de risco, mas sim de esperança. É preciso criar políticas que não apenas evitem mortes, mas que valorizem vidas e que reconheçam cada adolescente como sujeito de direitos e de sonhos.

O projeto de vida, nesse contexto, deixa de ser uma escolha genuína para se tornar, muitas vezes, uma questão de sobrevivência. A falta de acesso à educação de qualidade, aos serviços básicos, à segurança e ao afeto familiar e comunitário impede que muitos adolescentes visualizem um futuro diferente daquele que já os oprime.

A sensação de que a morte é iminente, de que a juventude é descartável, faz com que a busca por reconhecimento e pertencimento ocorra, muitas vezes, em espaços que reproduzem a lógica da violência, como o tráfico de drogas, as milícias e outras estruturas paralelas de poder. Não se trata de justificar a violência, mas de compreender os sentidos que ela assume em determinados contextos. Para muitos jovens, ser temido é a única forma possível de ser visto.

Esse processo não é espontâneo, mas sim construído por uma lógica social excludente e racista, que naturaliza a morte de jovens pobres como algo inevitável ou mesmo merecido. Pouco se fala sobre as condições que os levaram àquele lugar, muito menos sobre as falhas do sistema que deveria protegê-los. Além disso, a própria atuação do Estado, especialmente através da segurança pública, contribui para essa dinâmica.

As ações policiais em territórios periféricos costumam ser marcadas por truculência, racismo institucional e uma lógica de guerra. A política do “bandido bom é bandido morto” se traduz, na prática, como uma política de extermínio da juventude negra.

A ausência de Políticas Públicas eficazes e integradas, por outro lado, impede que alternativas reais de projeto de vida sejam oferecidas. Não basta simplesmente impedir que o jovem entre no crime sendo necessário garantir que ele tenha razões para desejar outra trajetória. Isso implica acesso à educação libertadora, oportunidades de trabalho digno, acesso à cultura, esporte, lazer, saúde mental e, principalmente, ao reconhecimento de sua humanidade.

É amargo lembrar do sofrimento, rememorar as trajetórias, mas é necessário saber que ainda há doçura e esperança quando se fala em seguir em frente.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção: homo sacer**. São Paulo: Boitempo, 2004
- ALVARENGA, C. G.; PATROCINO, L. B.; BARBI, L. Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. **Rev. Densidades**, n. 29, 2021.
- ALVES, J.A. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2018.
- BARBOSA, L. Guerra de facções gera homicídios e expulsão de moradores no Vicente Pinzón. **O Povo**, 2025. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2025/04/21/guerra-de-faccoes-gera-homicidios-e-expulsao-de-moradores-no-vicente-pinzon.html>. Acesso em 18 de maio de 2025
- BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v.1 n. 225, p. 70-88. 2009.
- BATTHYÁNY, K.; GENTA, N.; PERROTTA, V. El aporte de las familias y las mujeres a los cuidados no remunerados en salud en Uruguay. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 187–213, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p187>
- BITENCOURT, C.R. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva Educação, vol. 1. 26ª ed., p. 150, 2020.
- BITTAR, P. Especial Presídios - A história das facções criminosas brasileiras (05' 50"). **Rádio Câmara**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios-a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras-05-50/>. Acesso em 21 jan 2025
- BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Pierre Bourdieu: Tradução Mariza Corrêa - Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Sur la télévision**. Paris: Liber, 1996.
- BOURDIEU, P. **Sur l'État. Cours au Collège de France (1989 -1992)**. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 672p, 2012.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **A frágil redução das mortes violentas intencionais no Brasil**. Brasil, 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/01-anuario-2022-a-fragil-reducao-das-mortes-violentas.pdf>
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 620 p, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, páginas 44, 45, 46. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007**. Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de out. de 2007.

BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de nov de 2018.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 60 p, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 233 p, 2018.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2024. Disponível em: [eca\\_mdhc\\_2024.pdf](#). Acesso em 10 de junho de 2024

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais** - RELIPEN. 16º ciclo SISDEPEN, 1º semestre de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em 06 de mar de 2025.

CADA VIDA IMPORTA: Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência / **Assembleia Legislativa do Ceará**. Comitê de Prevenção e Combate à Violência. Fortaleza, 2017, 585p.

CANIATO, A.; CESNIK, C. C.; RODRIGUES, S. M. A captura da subjetividade pela violência simbólica da indústria cultural: da submissão à culpabilidade dos indivíduos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 661–681, set. 2012.

CANO, I. **O impacto da letalidade policial sobre a juventude negra**. Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

CARMO NETO, R.J.C. Crime organizado e Ministério Público: o combate e a repercussão para efetivação de direitos fundamentais. **Revista do CNMP**. Brasília, 10ª ed., p. 393 – 416, 2022.

CASTRO, E. de; OLIVEIRA, U. T. V. de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25–45, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CEARÁ. **Decreto nº 31199 de 30 de abril de 2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento dos comitês setoriais de acesso à informação e dos serviços de informações ao Cidadão do Poder executivo do Estado do Ceará, instituídos pela Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Ceará, 30 de abr. de 2013.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Indicadores de Segurança Pública detalhados – 2009 a 2023**. Crimes Violentos Letais Intencionais. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/indicadores-de-seguranca-publica/>

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

\_\_\_\_\_. Criminologia. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 298, 2004.

CRUZ, C. R. da, UCKO, D. H. Beyond the Unidades de Polícia Pacificadora: Countering Comando Vermelho's Criminal Insurgency. **Small Wars Insur**, v.29, n.1, p.38–67, 2018.

CUNHA, O. M. G. “Bonde do Mal” In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. (Org). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.135, 2001.

CYMROT, D. **A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica**. Dissertação (Mestrado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 205. 2011.

DA SILVA, R.R. Diretor do departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública. In: Especial Presídios - A história das

facções criminosas brasileiras (05' 50"). **Rádio Câmara**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios-a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras-05-50/>. Acesso em 23 jan 2015

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Pós-modernidade e gestão estratégica: implicações para as políticas públicas. **Revista NAU Social**, v. 7, n. 13, p. 131-143, out. 2016/ abr. 2017.

DALLARI, D.A. **Viver em sociedade** – Frutal: Prospectiva, 2014.

DEMITRI, T., MEDEIROS, C. Guerra sem fim - segunda temporada, episódio "GDE como nasce uma facção". **O Povo+**, 2021. Disponível em <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2021/07/11/gde--como-nasce-uma-facciao-criminosa.html>. Acesso em 18 de maio de 2025

DOMENACH, J. M. La violencia. In: **La Violencia y sus Causas** (A. Joxe, org.), Paris: Unesco, pp. 33-45, 1981.

DÜRKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978b.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 9ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 95

DYNA, E. A. M. **Símbolos, sinais e signos de facções criminosas: aspectos iniciais sobre as dinâmicas no mundo do crime**. Observatório de Segurança Pública. online. 2025. Disponível em <https://www.observatoriodeseguranca.org/pesquisas-e-estudos/simbolos-sinais-e-signos-de-faccoes-criminosas-aspectos-iniciais-sobre-as-dinamicas-no-mundo-do-crime/>. Acesso em 23 de jul de 2025.

FELTRAN, G. **Irmãos: uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=njRmDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=FELTRAN,+2018.+Irmãos,+uma+história+do+PCC&ots=ou\\_rMD1Fro&sig=jP0dHUJ6r-pwL--9tZdxh46AAZI#v=onepage&q=FELTRAN%2C%202018.%20Irmãos%2C%20uma%20história%20do%20PCC&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=njRmDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=FELTRAN,+2018.+Irmãos,+uma+história+do+PCC&ots=ou_rMD1Fro&sig=jP0dHUJ6r-pwL--9tZdxh46AAZI#v=onepage&q=FELTRAN%2C%202018.%20Irmãos%2C%20uma%20história%20do%20PCC&f=false). Acesso em: 22 jan. 2025.

FELTRAN, G. **Governo que produz crime, crime que produz governo**. 2012. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2012;1000973911>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERNANDES, A. et al., Periferias ou o principal da cidade? IN: **Atlas das periferias no Brasil : aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais** / Fernanda Lira Goes ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Ipea: 435 p, 2021.

FERRAZ, C.A. Crime organizado: diagnóstico e mecanismos de combate / Delegado de Polícia Civil Claudio Armando Ferraz. Rio de Janeiro: **ESG**, 2012.

FERNANDES, C; VINHAS, L.I. "Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso." **Linguagem em (Dis) curso**, v.19, p.133-151, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>

FIUZA, T.M et al. Atenção a adolescentes e jovens vulnerabilizados: Alice fora do país das maravilhas. In: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade; SASSI, A.P; FIUZA, T.M; DIAS, R.B, organizadores. PROMEF Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade: Ciclo 17. Porto Alegre: **Artmed Panamericana**; 2022. p. 41–83. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 2). Disponível em: <https://doi.org/10.5935/978-65-5848-682-4.C0003>

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão**. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa e quantitativa. In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2009. cap. 3. p. 39-49.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**. São Paulo: FBSP/IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FRANKL, V. **O homem em busca de um sentido** (F. J. Gonçalves, trad.). Alfragide: Lua de Papel, 2012. (Trabalho original publicado em 1946).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Cambridge; Oxford: Blackwell Publishers, 1992

FRIEND, J. Community and policy: coordination from above or below? Institute for Operational Reserarch, **London**, v. 2, p.8-14, 1977.

GALLEGO, E.S. Brasil: la caída del PT y el ascenso conservador. **Nueva Sociedad, Buenos Aires**, n. 266, p. 147-155, 2016.

G1 RR. **31 presos são mortos em penitenciária de Roraima, diz governo**. Site G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>. Acesso em: 23 jan 2025.

GOMES, P. M. F.; GALVÃO, V. K. A lei de crime organizado e sua adequação com a convenção das nações unidas contra o crime organizado transnacional. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 47, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/40809>. Acesso em: 19 jul. 2025.

GUEDES, L. Conflito entre facções transforma o Ceará em zona de guerra. **Metrópoles**, colunas Mirelle Pinheiro, 2025. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/conflito-entre-faccoes-transforma-o-ceara-em-zona-de-guerra>. Acesso em 18 de maio de 2025.

GUINSBERG, E. Medios masivos, salud mental y derechos humanos. Conferência, Salud, Represión, Política y Derechos Humanos, v.3, p.24-29, 1991.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERCULANO, V.G. **O domínio das facções criminosas nos presídios brasileiros e o caso da chacina de Altamira/PA como reflexo dessa realidade**. p.121 a 136. In: A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro / Conselho Nacional do Ministério Público. – Vol. IV. Brasília: CNMP, 2020. v. 188 p. il. Disponível em: <https://doi.org/10.36662/2595-9271.v4>

HENRIQUES, C; GOLÇALVES, S; SEVERIANO, A. **Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM**. Site G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-no-compa-j-chega-ao-fim-com-mais-de-50-mortes-diz-ssp-am.html>. Acesso em: 23 jan. 2025.

HIRATA, H.. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Social Tempo , v. 26, n.º 1, p. 61–73, jan. 2014.

HUGUET, C.R. **Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema**. p.349, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil: Avanços e Retrocessos**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.

JOZINO, J. Megarrebelião do PCC que dobrou a pena de Marcola completa duas décadas. **UOL Notícias**, 13 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2021/02/13/megarrebeldiao-do-pcc-quedobrou-a-pena-de-marcola-completa-duas-decadas.htm>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidade**. In: LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. 324p.

LINS, I.N; MACHADO, C. A. M. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. **Rev Bras Ciênc Política**, v.42, 2023.

MANSO, B; DIAS, C.N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINS, R.; FRAGA,P.; MURILHO, E. **As “juventudes” vítimas de homicídios: a clivagem etária, raça/cor e sexo na composição das mortes em Pernambuco e na Bahia, em determinado recorte temporal**. In: Educação e sua diversidade / Arlete Ramos dos Santos, Julia Maria da Silva Oliveira, Livia Andrade Coelho (orgs.) – Ilhéus, BA: Editus, 2017. 322 p.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, C.; BORGES, M. Cearenses chefes do CV escondidos na Rocinha (RJ) interferiram na eleição de Santa Quitéria. **Diário do Nordeste**, 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/cearenses-chefes-do-cv-escondidos-na-rocinha-rj-interferiram-na-eleicao-de-santa-quiteria-1.3656190>. Acesso em 11 de junho de 2025.

MENINAS NO CEARÁ: a trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio / Assembleia Legislativa do Ceará. Comitê de Prevenção e Combate à Violência. Organização de Daniele Jesus Negreiros, Monique Gomes Linhares e Roger Silva Sousa – Fortaleza: **Qualygraf Editora e Gráfica Ltda.**, 2021, 273p.

MINAYO, M.C.S. Violência e saúde. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em 22 de jul de 2025

MINAYO, M.C.S; COSTA, A.P. Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação. **Aveiro: Ludomedia**, 2019

MINAYO, M. C. de S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v.26, n1,p.135–140, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982009000100010>

MINAYO, M. C. S. Social Violence from a Public Health Perspective. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.07-18, 1994.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev Sociol E Política**, v.19, n.40, p.13–25, 2011.

MOREIRA, J. DE O., et al. Trajetórias Adolescentes e Infração: José, entre a morte e a aposta. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

OBREGON, M. F. Q.; FONTANA AFONSO, L.; OLIVEIRA, R. S. de. **Contribuição da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional: proteção à soberania estatal e o enfrentamento ao crime organizado transnacional em um mundo globalizado**. Prisma Jurídico, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 218–234, 2024. DOI: 10.5585/2024.23339. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/23339>. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, D. A. **A inscrição espacial da questão racial no espaço urbano**. IN: Atlas das periferias no Brasil : aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais / Fernanda Lira Goes et al. – Rio de Janeiro : Ipea : 2021. 435 p.

OLIVEIRA, D. A. **Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos**. In: PASSOS, R. G.; MAGNO, P. C. (Org.). Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do

pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, E. DE .; LUIZ, O. DO C.; COUTO, M. T.. Adolescents, poverty areas, violence, and public health: an intersectional perspective. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20190685, 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo, Cortez, 2003.

PEREIRA, B. C. J.. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 445–454, set. 2021.

REUTER, P., PAOLI, L. How Similar Are Modern Criminal Syndicates to Traditional Mafias? **Organ Crime Mafias Mark Netw**, v.49.p. 223-287, 2020.

SANTOS, C. B. S.; SILVA, E. S. L. **A influência do funk na formação identitária de adolescentes**. VII Congresso Nacional de Educação. Maceió, 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_S A8\\_ID5778\\_01092020115555.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_S A8_ID5778_01092020115555.pdf). Acesso em 09 de junho de 2025.

Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009.

SHECAIRA, S. S. **Importância e atualidade da escola de Chicago**. In: *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, v.9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

SILVA, A.P. **O léxico do tráfico: um estudo sobre gírias e expressões do crime organizado no Brasil**. São Paulo: Editora Humanas, 2017.

SILVA FILHO; ORLI, C. **Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia**: Pesquisa Qualitativa em Ação. Aveiro: Ludomedia; 2019." (2020): 1991-1992.

SILVA, P.V et al. **O Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – Cuca Barra**: juventude e reconfiguração dos territórios urbanos em Fortaleza/CE. Encontros Universitários da UFC, 2016.

SILVA, M. E. B.; ANUCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. e04402023, 2024.

SILVEIRA, G. U. D. #Eleitas: violência simbólica e resistência em interações na página quebrando o tabu no facebook sobre a participação feminina na política. **Ilha do Desterro**, v. 75, n. 3, p. 76–94, set. 2022.

SISNADO, J. Estudante é torturado por integrantes de facção após sair de escola em Fortaleza e submetido ao "tribunal do crime". **O Povo**, 2025. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2025/06/10/estudante-e-abordado-por-integrantes-de-facciao-na-saida-de-escola-em-fortaleza-e-submetido-ao-tribunal-do-crime.html>. Acesso em 11 de junho de 2025

SOUZA, E. R; MINAYO, M. C. S., 1994. **O Impacto da Violência Social na Saúde Pública do Brasil; Década de 80**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudos Sobre Violência e Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. (Mimeo.)

SOUZA, M.T; MICHELLY, D.S; DE CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**: São Paulo, v. 8, p.102-106, 2010.

SOUZA, R. B. Formas de pensar a sociedade. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, n. 7, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>. Acesso em 22 de jul de 2025

SPINK, P et al. **Estação de Pesquisa Urbana de M'Boi**. Disponível em: <https://easp.fgv.br/centros/centro-estudos-administracao-publica-e-governo/projetos/estacao-pesquisa-urbana-mboi>. Acesso em 19 de jun de 2025.

SPINK, P. K.; BURGOS, F. **Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua**. In: LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. 324p.

TIMOTEO, M. O Direito à segurança pública e seus efeitos na vida dos moradores de periferias. **Jusbrasil**, 2021. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-direito-a-seguranca-publica-e-seus-efeitos-na-vida-dos-moradores-de-periferias/1165618803>. Acesso em 18 de maio de 2025.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2011**, Caderno Brasil. Brasil: UNICEF, 2011.

VALENTE, J. B. S. **Crime organizado: uma abordagem a partir do seu surgimento no mundo e no brasil** / Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e às Organizações Criminais - CAO-CRIMO. [s.d]. Ministério Público do Amazonas. Disponível em: <https://mpam.mp.br/caocrimo-doutrina/418-crime-organizado-uma-abordagem-a-partir-do-seu-surgimento-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em 22 jan. 2025.

WAINER, J. **Primeiro Cartel da Capital**: A história da maior facção do Brasil. São Paulo: Mov.doc, 2019. Documentário (17:40). Disponível em: <https://www.uol.com.br/play/reportagens-especiais/pcc.htm?id=pcc--primeiro>

carteldacapital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326. Acesso em: 22 jan. 2025.

ZAULI, F; CARVALHO, F. G1/RN. **Rebelião mais violenta da história do RN tem 26 mortos, diz governo.** Site G1, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-mais-violenta-da-historia-do-rn--tem-27-mortos-diz-governo.html>. Acesso em: 23 jan 2025

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais.** Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p

## **ANEXO A - HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES E SUAS NUANCES NO CONTEXTO SOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA**

### **INTRODUÇÃO**

A violência é um fenômeno social complexo e multifacetado, que afeta sociedades em todo o mundo, independentemente de fronteiras geográficas, culturais ou socioeconômicas. Manifestando-se de várias formas — desde agressões físicas, psicológicas, sexuais e até homicídios — a violência é uma das principais preocupações de saúde pública e direitos humanos. Entre os diferentes grupos populacionais, os adolescentes representam um segmento particularmente vulnerável, seja como vítimas, testemunhas ou, em alguns casos, como autores de atos violentos.

A adolescência, etapa crucial do desenvolvimento humano que marca a transição entre a infância e a vida adulta, é um período caracterizado por mudanças físicas, emocionais e sociais onde há a formação de identidade e experimentação. É nessa fase de descobertas onde a busca por pertencimento pode levar alguns jovens a se associarem a grupos violentos ou a se envolverem em atividades criminosas. A partir dessa exposição é possível haver consequências profundas e duradouras, moldando comportamentos e, em muitos casos, perpetuando ciclos de violência difíceis de se romper (Soares, Schmidt e Moraes, 2023).

Os fatores que contribuem para a violência contra adolescentes são diversos e interligados, além de estarem atrelados a fase da vida onde se está mais suscetível a influências externas. Eles incluem contextos familiares disfuncionais, onde a violência doméstica pode estar presente, e ambientes comunitários permeados pela criminalidade e falta de oportunidades. O tráfico de drogas, a disputa por territórios e a atuação de gangues e facções criminosas são, em muitos casos, fatores determinantes para a incidência de homicídios entre jovens (Moreschi, 2018).

Em contextos urbanos, a violência letal intencional, como homicídios, tem se mostrado um grave problema, não só de saúde mas também de segurança pública, especialmente em regiões marcadas por desigualdade social, pobreza e exclusão. Dados de organizações internacionais, como a UNICEF e a Organização Mundial da

Saúde (OMS), indicam que a violência letal é uma das principais causas de morte entre adolescentes, especialmente em países da América Latina e África.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2014) projetou a capital cearense, Fortaleza, entre as cidades mais perigosas para um adolescente viver no Brasil. Isso se deve a um fenômeno denominado como nordestinação dos homicídios, que aconteceu a partir do ano de 2007, ascendeu em 2011 ultrapassando os dados do Rio de Janeiro e segue aumentando de modo alarmante. Esse processo se deu devido a migração da região mais violenta do país, até então região Sudeste, diminuindo no eixo Rio-São Paulo e aumentando nos estados do Nordeste (Negreiros; Linhares; Sousa, 2021; Atlas da violência, 2023).

O perfil das vítimas de violência letal intencional na adolescência é marcado por padrões que revelam desigualdades sociais e vulnerabilidades específicas. Estatísticas indicam que a maioria das vítimas são jovens do sexo masculino, de baixa renda, moradores de áreas urbanas periféricas. Em muitos casos, esses adolescentes já enfrentam múltiplas formas de exclusão social e econômica, o que aumenta a probabilidade de serem expostos a contextos violentos (Cerqueira, et al., 2016).

Outro fator importante a ser considerado é a questão racial. Em muitos países, adolescentes de grupos étnicos minoritários são desproporcionalmente afetados pela violência. No Brasil, por exemplo, dados mostram que jovens negros têm uma probabilidade significativamente maior de serem vítimas de homicídios do que jovens brancos. Esse dado reflete não apenas a violência em si, mas também as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade (UNICEF, 2024).

As motivações por trás da violência letal intencional na adolescência são complexas e variam de acordo com o contexto social, gênero, econômico e cultural. Em muitos casos, a violência está relacionada a disputas entre grupos rivais, como gangues e facções criminosas. O envolvimento com o tráfico de drogas é atualmente uma das principais causas de homicídios entre adolescentes, especialmente em comunidades marcadas pela pobreza e pela ausência de perspectivas de futuro (Costa; Rudinicki; Goldani, 2018; Saporì, 2020).

Além disso, a violência pode ser motivada por conflitos interpessoais, questões de honra ou vingança. Em outros casos, a violência letal resulta de situações de abuso ou exploração. A ausência de mecanismos eficazes de proteção e a impunidade também contribuem para a perpetuação desse cenário.

É na perspectiva de destacar a importância dessa temática que se atrela não só a questões de minorias raciais mas também sociais que esse estudo é justificado. É necessário identificar como a violência atinge a juventude de forma letal, interrompendo sonhos e projetos de vida de forma precoce, deixando marcas inextinguíveis aos que ficam e, muitas vezes, dando características errôneas aos dados divulgados. Os territórios periféricos são os mais vulneráveis não por residirem os mais perigosos, mas sim por serem os que menos recebem incentivo, atenção e cuidado com um olhar humano e ético.

Desenvolver uma revisão acerca dos estudos encontrados que sintetize o perfil dos adolescentes que estão imbricados no contexto violento, quais os principais tipos de violência encontrados e meios de enfrentamento destes.

Portanto, este estudo objetiva analisar a produção científica dos últimos cinco anos acerca da violência durante o período da adolescência

## **METODOLOGIA**

Estudo do tipo Revisão Integrativa seguindo os passos propostos por Souza et al. (2010), sendo estas a formulação da hipótese/questão da pesquisa, uma busca dos estudos publicados sobre a temática, coleta de dados, análise dos estudos de forma detalhada e crítica, interpretação dos estudos selecionados e a síntese do processo originando este estudo.

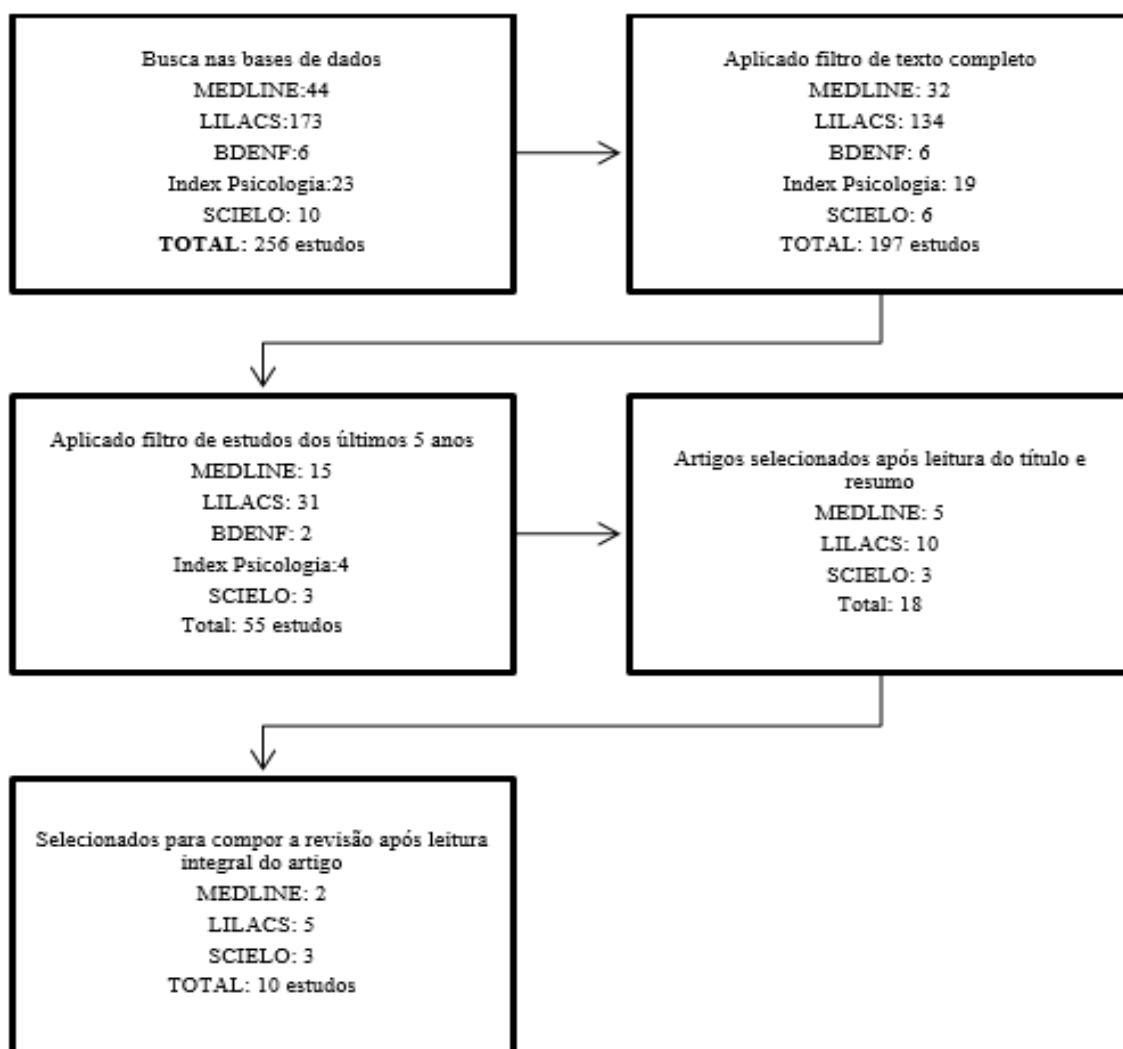
A estratégia de busca por estudos nesta revisão integrativa foi orientada conforme a combinação de quatro descritores, aplicando moduladores booleanos, indexados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Foram utilizadas seis chaves de busca no total, pesquisadas nos idiomas Inglês e Português através de combinações de descritores booleanos “AND” e “OR”, a saber: homicídio, adolescência, jovens, feminino, gênero e mulheres.

A busca foi realizada nos meses de maio e junho de 2024, nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (Index Psi).

Foram encontrados 256 estudos, onde foram aplicados filtros de texto completo gratuito disponível na íntegra, em inglês, português e espanhol nos últimos

5 anos. Após a busca foram aplicados os critérios de inclusão sendo eles estudos primários e realizados com adolescentes. Foram excluídos todos os estudos de revisão, teses, dissertações e monografias, além de estudos nos quais não abordaram adolescentes como o público principal. Após a leitura completa dos artigos na íntegra foram selecionados 10 artigos para compor a amostra.

**Figura 1: Fluxograma para organização e seleção de estudos.**



Fonte: autoria própria.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresentamos um quadro organizado para identificar os artigos encontrados e suas características.

**Quadro 1: Lista de artigos selecionados a partir dos critérios estabelecidos pelos autores.**

| <b>Título</b>                                                                                             | <b>Autores/ano publicação</b> | <b>Objetivos</b>                                                                                                                                                                   | <b>Metodologia</b>                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Jovens diante da morte: experiências de sobreviventes de acidentes de trânsito e tentativas de homicídios | Borges et al (2023)           | Compreender e analisar a experiência de jovens sobreviventes de acidentes de trânsito e tentativas de homicídios.                                                                  | Pesquisa qualitativa. Entrevistas semiestruturadas.                            |
| Homicídios juvenis em Fortaleza: questões para a estratégia saúde da família                              | Benício et al (2022)          | Analisar como a violência urbana é tratada por profissionais de saúde em Fortaleza                                                                                                 | Pesquisa intervenção sob o método da cartografia                               |
| Homicídios de niñas, niños y adolescentes en el sureste de México, entre 2000 y 2017                      | Miranda Juárez et al (2021)   | Descrever o impacto da mortalidade por homicídios em adolescentes                                                                                                                  | Pesquisa quantitativa de dados estatísticos de mortalidade                     |
| Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza                                | Colaço et al (2021)           | Refletir sobre violência urbana e violação de direitos fundamentais como acontecimentos que têm marcado o cotidiano de adolescentes e jovens residentes na periferia de Fortaleza. | Discussão metodológica                                                         |
| Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência                                   | Barros et al (2021)           | Descrever o perfil das mulheres vítimas de homicídios intencionais e com notificação prévia de violência.                                                                          | Estudo quantitativo retrospectivo e probabilístico                             |
| Marcas do racismo! Violências contra adolescentes e jovens brasileiros segundo o quesito raça/cor         | Aiquoc (2021)                 | Analisar a discriminação racial percebida e a exposição às diversas violências em adolescentes e jovens brasileiros, segundo as                                                    | Estudo quantitativo transversal com base na Pesquisa Nacional de Saúde Escolar |

|                                                                                                                                                                   |                                                         |                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                   |                                                         | diferenças de raça/cor.                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                        |
| Muertes invisibles entre jóvenes en la zona sur de la Ciudad de Buenos Aires: reconstrucciones biográficas e itinerarios de la experiencia de familiares y amigos | Villa (2019)                                            | Compreender a biografia de homicídios de adolescentes em Buenos Aires                                                                                                          | Estudo qualitativo biográfico                                                                                                                                                                                          |
| Estrutura socioeconômica e homicídios intencionais contra jovens nas metrópoles brasileiras                                                                       | Bittencourt e Teixeira, 2022.                           | O objetivo deste artigo é explicar a dinâmica da violência contra e entre jovens nas metrópoles brasileiras.                                                                   | Coleta de dados quantitativos e análise descritiva de homicídios em cidades da região metropolitana das cinco macrorregiões do Brasil                                                                                  |
| O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do plano juventude viva                                                           | Gomes, Moura e Alves, 2019.                             | Estudar como foi possível elaborar uma Política Pública que enfrentava resistência de atores externos e internos ao governo, mas que atendia à demanda dos movimentos sociais. | Análise empírica de estudos e documentos existentes acerca da temática, entrevistas com pessoas envolvidas na elaboração da política e relatos da vivência dos próprios pesquisadores na militância do movimento negro |
| The holistic transformative street-street gang intervention impact and its association with homicide rates in Cali, Colombia.                                     | Gutierrez-Martinez, Valencia e Santaella-Tenorio, 2020. | Descrever as características e a implementação de um programa transformador de gangues de rua e as mudanças nos homicídios relacionados aos mesmos.                            | Desenvolvimento de uma intervenção holística para reduzir a violência relacionada a gangues de rua nas comunas de Cali, compreendendo seis componentes com foco no desenvolvimento de habilidades pessoais/emocionais. |

Fonte: Autoria própria.

A partir da busca realizada em bases de dados foi possível encontrar dez artigos que trouxeram diferentes leituras acerca do objeto de estudo. Apesar dos diferentes perfis, locais e leituras é possível observar padrões em comum como o impacto psicológico e social de adolescentes sobreviventes de tentativas de homicídio, a influência de fatores sociais e de saúde pública nos homicídios, como a pobreza, criminalidade organizada e a cultura da violência influenciam e como os movimentos sociais e a atenção primária à saúde podem influenciar nas Políticas Públicas voltadas para a proteção de jovens sejam efetivadas.

Fortaleza vem crescentemente sendo afrontada com o fenômeno da violência em rede. Esta trata-se de um fenômeno historicamente construído na sociedade brasileira, que teve um marco em 2010, com a ocupação pela Polícia Militar em comunidades do Rio de Janeiro, associada ao crescente aumento da população no sistema carcerário (Colaço, 2021).

Esse acontecimento impulsionou a nacionalização das facções criminosas, sendo o Nordeste um dos principais destinos de grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), oriundos de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), que surgiu no Rio de Janeiro. [...] A demonstração de poder através dos homicídios, muitas vezes com requintes de crueldade, tem sido o principal instrumento utilizado pelas facções em Fortaleza para dominar uma comunidade (Colaço, et al., 2021. p. 481 e 483).

Alguns autores reforçam essa ideia quando trazem em seu estudo um recorte que expressa a realidade de Fortaleza-CE. As periferias da capital cearense trazem desafios de acesso e de cuidado dentro do contexto da violência armada, onde os territórios ocupados são cada vez mais marcados por conflitos intensos e letais devido a rivalidade dos grupos que disputam o mercado ilegal de armas e drogas (Benício; Barros; Silva, 2017).

A Estratégia Saúde da Família possui potencial para promover a saúde em territórios periféricos. Porém o cenário de violência afeta o acesso das equipes aos territórios e da comunidade às unidades de saúde. Esses são frequentemente submetidos às “leis” impostas pelas facções criminosas, limitando o livre trânsito das pessoas no território. No estudo de Benício, Barros e Gomes (2022) é trazido como a dinâmica da violência traz consigo intensos conflitos entre grupos rivais sendo esse um fator de dificuldade ou até mesmo impedimento de acesso da comunidade ao serviço e do serviço ao território. Em uma das entrevistas do estudo em questão é identificado isso na fala de um participante

“Mas, de fato, o acesso é restrito, das poucas vezes que ele tentar buscar, ele provavelmente vai ter um acesso muito dificultado, salvo espaços em que, por exemplo lá no Cuca, em que se pensa, porque aí não é perfeito, da mesma forma a gente não tem estrutura pra dar conta de todos os jovens da Barra do Ceará (Participante 1)” (Benício; Barros; Gomes, 2022, p.63).

Podemos assim inferir que apesar de existirem Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), não são todos os jovens que ocupam esses espaços, pois aqueles que estão fora da escola, inseridos no contexto do tráfico raramente chegam a fazer uso desse espaço de produção de saúde (Benício; Barros; Silva, 2017).

É válido salientar que a identificação de padrões comuns nas experiências das vítimas e nos contextos socioculturais que influenciam a violência são observados de modo transversal. Assim, foi possível identificar alguns padrões comuns nas experiências das vítimas e nos contextos socioculturais que influenciam a violência, especialmente entre adolescentes do sexo feminino como traz Barros (2021), Aiquoc (2021) e Bittencourt e Teixeira (2022).

De acordo com o relatório Cada Vida Importa, do segundo semestre de 2017, produzido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência foi realizado um levantamento na Célula de Vigilância Epidemiológica da Prefeitura Municipal de Fortaleza revelando que entre os anos 2000 e 2016 houve um padrão de incidência e caracterização dos homicídios juvenis, onde a grande parcela destes casos ocorrem em regiões onde também se propaga as doenças de determinação social - como por exemplo os bairros Barra do Ceará, Jangurussu, Bom Jardim e Mondubim-. Isso corrobora com a ideia de desigualdade onde a segregação e a vulnerabilidade social caracterizam a grande parcela das vítimas (Cada vida importa, 2017).

A vulnerabilidade socioeconômica é um padrão extremamente pertinente, uma vez que a pobreza e a desigualdade socioeconômica concordam com a relação

com a violência, pois a vulnerabilidade de um local está diretamente relacionada com a taxa de homicídios sofrida pelos seus moradores. A pesquisa “Vidas por um fio” (2024, p. 20) retrata “a mãe é a principal provedora do lar, seguida do adolescente. Isso é o retrato comum da família brasileira empobrecida, periférica e racializada.”

Atrelado a isso, interligar raça e gênero é fundamental pois os estudos apontam que pretos e pardos são frequentes alvos de violência, enfatizando o racismo estrutural como um fator que está diretamente ligado aos homicídios, além do patriarcado e do machismo.

“Em se tratando de jovens pobres e negros/as, a opressão que recai sobre suas vidas é ainda mais intensa e fica evidente pelo lugar paradoxal que ocupam, ou seja, de um lado, são percebidos/as como responsáveis pelo aumento da violência (discurso midiático e do senso comum) e, de outro, são vítimas brutais da violência urbana, como atestam os índices estatísticos e os resultados das pesquisas científicas críticas” (Colaço, et al., 2021, p. 477).

O gênero também possui estreita relação com a violência, estando o gênero feminino cada vez mais propenso a fazer parte das exacerbadas estatísticas de homicídios. De acordo com um estudo realizado por Barros et al., 2021, no estado de Pernambuco, a violência letal intencional contra mulheres foi mais prevalente no grupo etário entre 10 e 39 anos, sendo 80% delas negras e solteiras. A maioria desses crimes ocorreram no fim de semana, podendo se relacionar ao aumento do consumo de bebida alcoólica.

Padrões culturais de hierarquia de gênero podem influenciar diretamente nesses dados e que a redução da violência letal contra as mulheres requer medidas abrangentes, devendo aproximar tanto fatores individuais quanto sociais, econômicos, culturais e situacionais. A pesquisa ainda evidencia que a caracterização dos homicídios de mulheres pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre violência relacionadas ao gênero, além de serem utilizados na condução de medidas que visam à redução dos homicídios.

A violência de gênero não se limita apenas aos homicídios, mas inclui também violência psicológica, abuso sexual, violência doméstica dentre diversas outras que podem preceder a um desfecho indesejado de óbito (Brasil, 2006; PAHO 2012).

Os estudos realizados por Bittencourt e Teixeira (2022), Colaço et al. (2021) e Benício, Barros e Gomes (2022) também apontam para a falta de proteção social adequada para os adolescentes, uma vez que as Políticas Públicas não vêm sendo eficazes o suficiente para suprir as necessidades desse perfil populacional, além de haver pouco apoio nos âmbitos da saúde e da educação.

“Quando a violência produz barreiras de acesso, faz-se necessário entender a produção de relações naquele território. Por conta dos grupos das organizações criminosas, dos conflitos territoriais e das disputas em torno do mercado de drogas, toda a comunidade acaba sendo afetada negativamente, impactando no acesso seguro dos moradores e moradoras aos serviços.” (Benício, Barros e Gomes, 2022, p.65)

Alguns artigos enfatizam a importância de movimentos sociais e intervenções comunitárias na busca pela ajuda de meios eficazes de prevenção a violência e aos homicídios. A mobilização é vista como uma maneira de enfrentar a violência e promover mudanças sociais. Assim é necessário que o fortalecimento da parceria entre as escolas, a APS seja realizada através das Políticas Públicas, culminando numa melhor assistência e proteção aos jovens mais expostos a violências.

“A ESF, como essa frente, pode-se atentar aos jogos de saber-poder que produzem discursos e práticas que corroboram com a inviabilização do segmento juvenil nesses campos de práticas no SUS. [...] Visibilizar a violência e a sua intensificação, expressa nos homicídios juvenis, leva-nos a construir outra agenda no âmbito dos processos de gestão do cotidiano da APS. O resgate dos princípios da ESF se torna uma pista estratégica na construção de intervenções coletivas, territoriais e intersetoriais” (Benício, Barros e Gomes, 2022, p.68).

É notório que o estigma no qual é formado muitos profissionais acerca da violência personifica pessoas e dá vida a sujeitos que, muitas vezes, não fazem o perfil idealizado. Podemos fazer a interpretação disso a partir de um estudo realizado em Fortaleza onde ele traz que:

“A cena, “o problema são os adolescentes”, foi produzida em um diálogo que tivemos com uma ACS sobre a percepção da violência no território. Ao narrar as condições de produção da problemática que perpassa o seu cotidiano, a participante individualizou a análise, justificando toda a causa a conduta dos adolescentes. Nesta cena, podemos problematizar como o segmento jovem, pobre e periférico personifica o crime e tudo aquilo que se configura como desordem, sendo alvos de ataques discriminatórios, estigmatizadores, racistas e higienistas. Legitima-se, assim, um conjunto de práticas sob as noções de risco e periculosidade” (Benício, Barros e Gomes, 2022, p.67)

A cultura da violência precisa ser extinguida em todas as esferas nas quais ela perpassa, pois a normalização de atos violentos e a presença de grupos de crime organizado fragilizam e influenciam os adolescentes que estão em uma fase de formação de personalidade e caráter. Bittencourt e Teixeira (2022, p.852) já mostram que “o bloqueio de oportunidades legítimas e a violência sistêmica constituída pelos mercados ilícitos, especialmente a demanda por drogas e a oferta de armas de fogo, contribuem para produzir altas taxas de homicídios intencionais contra e entre jovens”.

Essa cultura da violência se torna parte da experiência cotidiana, afetando tanto a percepção de segurança quanto às relações sociais trazendo impactos negativos também para as famílias e a comunidade no geral. O luto e o trauma gerados por homicídios impactam profundamente as redes de apoio social, perpetuando ciclos de violência e sofrimento.

Como Villa (2019) ressalta em seu estudo o enfrentamento social familiar dos jovens vítima de homicídios vai muito além de um luto, mas uma dor física com desejo de vingança e vulnerabilidade física onde estes que permanecem no convívio social tem, muitas vezes, aceitar a presença da família ou do agressor nos seus arredores, mesmo com a sensação de impunidade e não aceitação do fato. O julgamento da comunidade acerca do fato que levou a morte do ente querido é outro fator que pesa, pois é comum o sentimento de justiça devido ao envolvimento com drogas, roubos ou outros contextos considerados ilegais. Em um estudo realizado em Fortaleza - CE, um usuário retrata que “os principais efeitos [da violência] reverberam na saúde mental das mães que tiveram seus filhos mortos. E, que, por meio da terapia comunitária, a equipe tem experimentado formas de cuidar na violência” (Benício, Barros e Gomes, 2022, p.64).

A análise das narrativas das vítimas e de seus familiares revela a complexidade das experiências vividas. Os relatos pessoais ajudam a entender os contextos socioculturais e os fatores que levam à violência. Borges e Martins, 2023, p. 9 e 11 a enfatiza isso quando diz “observa-se que as ocorrências causaram muitas consequências negativas, incluindo sofrimentos psicológicos e físicos, que contribuíram para que os sujeitos mudassem a forma como pensavam e agiam. [...] Apesar dos aspectos negativos, os jovens entrevistados relatam que, após o confronto com a morte, surgiu um sentimento maior de valorização da vida. [...] Nota-se, portanto, que apesar de traumáticas, as intercorrências contribuíram para que esses

jovens se aproximassem mais da família e selecionassem os amigos melhor, ou até mesmo restabelecessem as relações com quem estavam distantes”.

Além das sequelas físicas, as intercorrências também deixaram sequelas estéticas nos jovens, como as “cicatrizes”. Analisando a fala dos entrevistados, percebe-se que, apesar de não se tratarem de lesões profundas ou permanentes, essas marcas são percebidas como “manchas” que ficam no corpo e que, muitas vezes, podem dar “vergonha” ou “constrangem”. Além disso, elas contribuem para que as pessoas fiquem “curiosas” e perguntem como aconteceu, fazendo com que os entrevistados tenham que reviver o dia da intercorrência (Borges e Martins, 2023, p.8).

O envolvimento com o tráfico de drogas e a violência associada à criminalidade organizada são causas relevantes de homicídios, especialmente em contextos urbanos onde podem ser recrutados para atividades perigosas que os levem ao desfecho de homicídio. Colaço et al., 2021, corrobora com essa ideia quando traz que os territórios acabam se tornando um fator de risco para a violência, principalmente contra a juventude negra periférica, onde existe uma marca da opressão, da pobreza e do domínio do crime organizado. Bittencourt e Teixeira (2022) reforçam tal narrativa quando afirmam que o índice de desemprego entre os jovens, prevalência de armas de fogo, urbanização, monoparentalidade feminina bem como o consumo de álcool e drogas têm efeitos significativos nos homicídios entre jovens.

Ademais, ainda é possível expressar a estreita relação que o consumo de álcool e drogas ilícitas pode trazer entre homicídios e tráfico de drogas uma vez que o uso compulsivo e a falta de dinheiro podem incentivar o jovem a exercer atividades ilegais para conseguir meios de sustentar o vício. Além disso, o consumo de tais drogas afeta diretamente o estado de consciência do indivíduo, podendo estimular a agressividade e o envolvimento em situações violentas e/ou perigosas como confrontos com a polícia ou até mesmo assassinatos por encomenda devido a dívidas (Bittencourt e Teixeira, 2022).

“Um mercado de trabalho restrito cria obstáculos consideráveis para uma parcela dos jovens lograr inserção por meio do emprego, gerando situações de tensão estrutural que favorecem condutas desviantes, pois bloqueiam vias legítimas para a transição entre a menoridade e a maturidade, sobretudo em relação à inserção profissional e, indiretamente, à sustentação econômica de núcleos familiares estáveis. Mercados ilícitos, sobretudo o narcotráfico e a receptação, aparecem então como uma alternativa viável para a obtenção da renda e a realização das aspirações ao consumo, da mesma forma que a posse de armas de fogo impõe o respeito desejado e o consumo de psicoativos oferece uma solução escapista para as tensões sociais” (Bittencourt e Teixeira, 2022, p.850).

Um estudo realizado em Buenos Aires, no ano de 2019, mostra a seguinte ótica:

As principais circunstâncias que causam mortes são conflitos entre grupos de jovens de diferentes bairros devido roubo de bens materiais ou disputas por relações amorosas como uma marca de prestígio social e poder do território, pode ainda ser fruto de uma vingança devido aos fatores apresentados anteriormente ou até mesmo devido ao tráfico de drogas (Villa, 2019, p.8).

Observar tais problemáticas com um olhar voltado para a Saúde Pública é crucial para compreender os diversos fatores que envolvem a busca pelo ilícito que corroboram com uma morte precoce. A falta dessa criticidade é citada por Benício, Barros e Gomes (2022, p.66) quando eles relatam que “concomitantemente, a relação drogas ilícitas e violência urbana envolvendo jovens não é compreendida como uma demanda de saúde pública por algumas equipes, mas como uma problemática de segurança.”

Esses padrões comuns revelam que a violência contra adolescentes do é multifacetada, sendo influenciada por uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais. A compreensão desses padrões é crucial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e Políticas Públicas que abordem as causas raízes da violência corroborando com a ideia que “o controle da violência exige a construção de um Estado democrático robusto, ao mesmo tempo amplo nas atribuições e eficiente em sua prestação.” (Bittencourt e Teixeira, 2022, p.848).

O papel da APS dentro desse cenário de violência se faz importante para compreender a inserção social dessas vítimas, prestar apoio e fazer saúde nesses territórios para todos os atores sociais. Benício, Barros e Gomes (2022, p.66) afirmam isso quando trazem que “Falta fortalecer o lugar do projeto terapêutico singular na construção de linhas de cuidado, a fim de operacionalizar o cuidado longitudinal e integral.”

Assim a saúde se faz necessária em todos os cenários que perpassam a vida dos adolescentes e é importante que seja efetiva a interação entre profissional e usuário a fim de se firmar um vínculo de apoio, assistência e encorajamento para uma melhoria de vida e de futuro

## CONCLUSÃO

A morte tem cor e não é o vermelho do sangue, mas sim o preto da pele. Ela tem um local “preferido” para acontecer que são nos becos e vielas das periferias. Ela não aproveita a oportunidade e sim a falta dela! Sim, a falta. Porque é o jovem negro vivo que busca insistentemente um jeito de sobreviver na selva amarga da vida que sofre com a exclusão social, se torna vítima de um sistema, marionete de um vício, busca a sensação de poder que é ofertada de um modo parasita pelas facções criminosas e acaba virando manchete ou comentário incrédulo de “menos um” na sociedade.

A violência na adolescência é um problema que exige uma abordagem multidimensional, considerando fatores individuais, familiares e sociais. A compreensão das causas e das motivações por trás dos casos de violência letal é essencial para o desenvolvimento de Políticas Públicas eficazes que possam proteger os adolescentes e promover ambientes seguros e saudáveis.

Não obstante, já existem diversos projetos que buscam proteger, cuidar, dar visibilidade a essa parcela populacional elas ainda não são tão eficazes ou ainda não abrangem uma parcela significativa daqueles que precisam de tal apoio. Seja por insuficiência de recursos aplicados, pelo domínio dos territórios pela violência ou por medo do que pode ser presenciado é importante a efetiva participação de atores encorajadores e dispostos a mudar a realidade dos adolescentes periféricos.

Percebe-se, desse modo, a necessidade de investimento e de um olhar mais humanizado para essa parcela populacional, que se desenvolve a mercê de uma sorte onde a assistência social, a saúde, a educação e as mais diversas Políticas Públicas não alcançam de modo suficiente e eficiente a ponto de transformar as realidades.

## REFERÊNCIAS

AIQUOC, K.M. **Marcas do racismo! Violências contra adolescentes e jovens brasileiros segundo o quesito raça/cor**. 2021. 82f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BARROS, S. C et al. Homicídios dolosos de mulheres com notificação prévia de violência. **Acta Paul Enferm**, v.34 , eAPE00715, 2021. Disponível em: <https://acta-ape.org/en/article/intentional-homicides-of-women-with-prior-notification-of-violence/>

BENICIO, L.F.S.; BARROS, J.P.P.; SILVA, D.B. Homicídios juvenis em Fortaleza sob a perspectiva de profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Revista Psicologia Política**, v.19, n.46, p.509-527, 2019.

BENICIO, L.F.S.; BARROS, J.P.P.; GOMES, C.J.A. Homicídios juvenis em Fortaleza: questões para a estratégia saúde da família / Youth homicides in Fortaleza: issues for the family health strategy. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 59–71, 2022. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71335>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BITTENCOURT, M. B.; TEIXEIRA, A. N. Estrutura socioeconômica e homicídios intencionais contra jovens nas metrópoles brasileiras. **Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social**, v.15, n.3, p.827–857, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n3.43300>

BORGES, B. F.; MARTINS, A. M. Jovens diante da morte: experiências de sobreviventes de acidentes de trânsito e tentativas de homicídios. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 12, e5143, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023. e5143>

BRASIL. **Lei nº 11340 de 7 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em 01 de mar de 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília, 377p, 2018. Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Analise-de-Cenarios-Proposta-de-Politicas-Publicas.pdf>.

COLAÇO, V.F.R. et al. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.21, n.2, p.474-493, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61052>

VIDAS POR UM FIO: Trajetórias de adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas no Ceará. **Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará**, Fortaleza, 2024, 92p, 2024.

CADA VIDA IMPORTA. **Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>. Acesso em 12 jan 2025.

COSTA, A.P.M.; RUDINICKI, D.; GOLDANI, J.M. Tráfico de drogas e mortalidade juvenil no Brasil: uma expressão das violações dos direitos humanos. **Opinião Jurídica**, v.17, n. 34, p.235-251, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/ojum.v17n34a11>.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Violence against women in Latin America and the Caribbean: a comparative analysis of population-based data from 12 countries**. Washington, 2012.

SAPORI, L. F. Mercado das Drogas Ilícitas e Homicídios no Brasil: Um Estudo Comparativo das Cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). **Dados**, v.63, n.4, e20180191, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.223>

SOARES, H. R., SCHMIDT, J. B.; MORAES, J. Juventude e criminalidade no contexto de inserção social. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, p.13–42, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10647>.

VILLA, A.M. Muertes invisibles entre jóvenes en la zona sur de la Ciudad de Buenos Aires: reconstrucciones biográficas e itinerarios de la experiencia de familiares y amigos. **Salud Colectiva**, v. 15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18294/sc.2019.1707>.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por **Tayná Vieira da Silva** a colaborar como participante da pesquisa intitulada "**Meninas do Ceará, a que será que se destinam?** *Compreensão da vulnerabilidade para homicídios de adolescentes meninas no Ceará na perspectiva da saúde*". Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender fatores de risco e vulnerabilidade para homicídios em meninas de 10 a 19 anos no Ceará. Sua necessidade se justifica pela necessidade ética, humanitária e acima de tudo da defesa pela vida, da construção de processos intersetoriais para prevenir violência contra adolescentes e jovens mulheres por meio do fortalecimento da rede de atendimento e proteção.

Em caso de aceite na participação da pesquisa será necessário que o responsável legal assine este termo e que o participante assine um termo adicional - Termo de Assentimento - para que ambos fiquem cientes da pesquisa e dos procedimentos que estas incluem. Além disso será necessário participar de uma entrevista online com duração de cerca de um hora e meia, assim será dialogado acerca da temática e compreendido aquilo que a adolescente vivencia em seu cotidiano e como visualiza possíveis mudanças e melhorias.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, nesta pesquisa o participante pode reviver sentimentos negativos já experienciados em situações desconfortáveis, contudo será dado suporte psicológico durante toda a entrevista para um melhor enfrentamento da situação. Se forem necessárias pausas durante o processo ou se for solicitado continuação em outra oportunidade por vontade do entrevistado, seu desejo será respeitado e será agendado outro momento que o mesmo se sinta confortável.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios, como a formulação de Políticas Públicas efetivas para o enfrentamento dos homicídios de adolescentes, uma melhor percepção dos profissionais de saúde de como podem atuar para uma melhor assistência dos adolescentes que convivem em territórios violentos além de destacar a importância de preservar a vida das meninas que andam morrendo de modo crescente e sem explicação, apenas pela violência tomar conta de onde deveria ser sinônimo de proteção.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi autorizada pelo CEP nº 7.575.126 em 16 de maio de 2025 validando a seriedade e compromisso dos pesquisadores com os participantes da pesquisa.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o colaborador decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber.

Vale ressaltar que não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e que não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, bem como nenhum dado pessoal aqui revelado será utilizado de modo a identificar o participante para terceiros e/ou no resultado final da pesquisa.

Endereço d(as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: Tayná Vieira da Silva

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza - CE

Telefones para contato: (85)996105747 / (85) 3366-8346

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos,  
RG: \_\_\_\_\_, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do participante da pesquisa

Data

Assinatura

Nome do pesquisador

Data

Assinatura

Nome do profissional que aplicou o TCLE

Data

Assinatura

## APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como participante da pesquisa: **“Meninas do Ceará, a que será que se destinam? Compreensão da vulnerabilidade para homicídios de adolescentes meninas no Ceará na perspectiva da saúde”**.

Nesse estudo pretendemos compreender fatores de risco e vulnerabilidade para homicídios em meninas de 10 a 19 anos no Ceará.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é pela necessidade ética, humanitária e acima de tudo da defesa pela vida, da construção de processos intersetoriais para prevenir violência contra adolescentes e jovens mulheres por meio do fortalecimento da rede de atendimento e proteção.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): o responsável legal assine um Termo de Consentimento e que o participante assine este termo para que ambos fiquem cientes da pesquisa e dos procedimentos que estas incluem. Além disso será necessário participar de uma entrevista online com duração de cerca de um hora e meia, assim será dialogado acerca da temática e compreendido aquilo que a adolescente vivencia em seu cotidiano e como visualiza possíveis mudanças e melhorias.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi autorizada pelo CEP nº 7.575.126 em 16 de maio de 2025 validando a seriedade e compromisso dos pesquisadores com os participantes da pesquisa.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo onde o participante pode reviver sentimentos negativos já experienciados em situações desconfortáveis, contudo será dado suporte psicológico durante toda a entrevista para um melhor enfrentamento da situação. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que

concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste Termo de Assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) menor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

**Endereço d(as) responsável (is) pela pesquisa:**

Nome: Tayná Vieira da Silva

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza - CE

Telefones para contato: (85)996105747 / (85) 3366-8346

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.